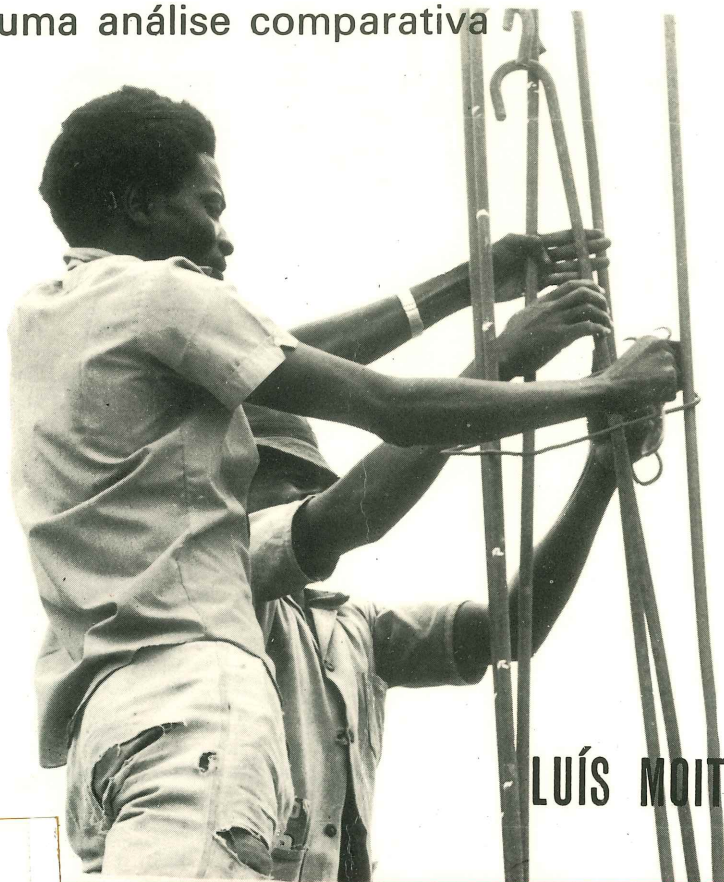
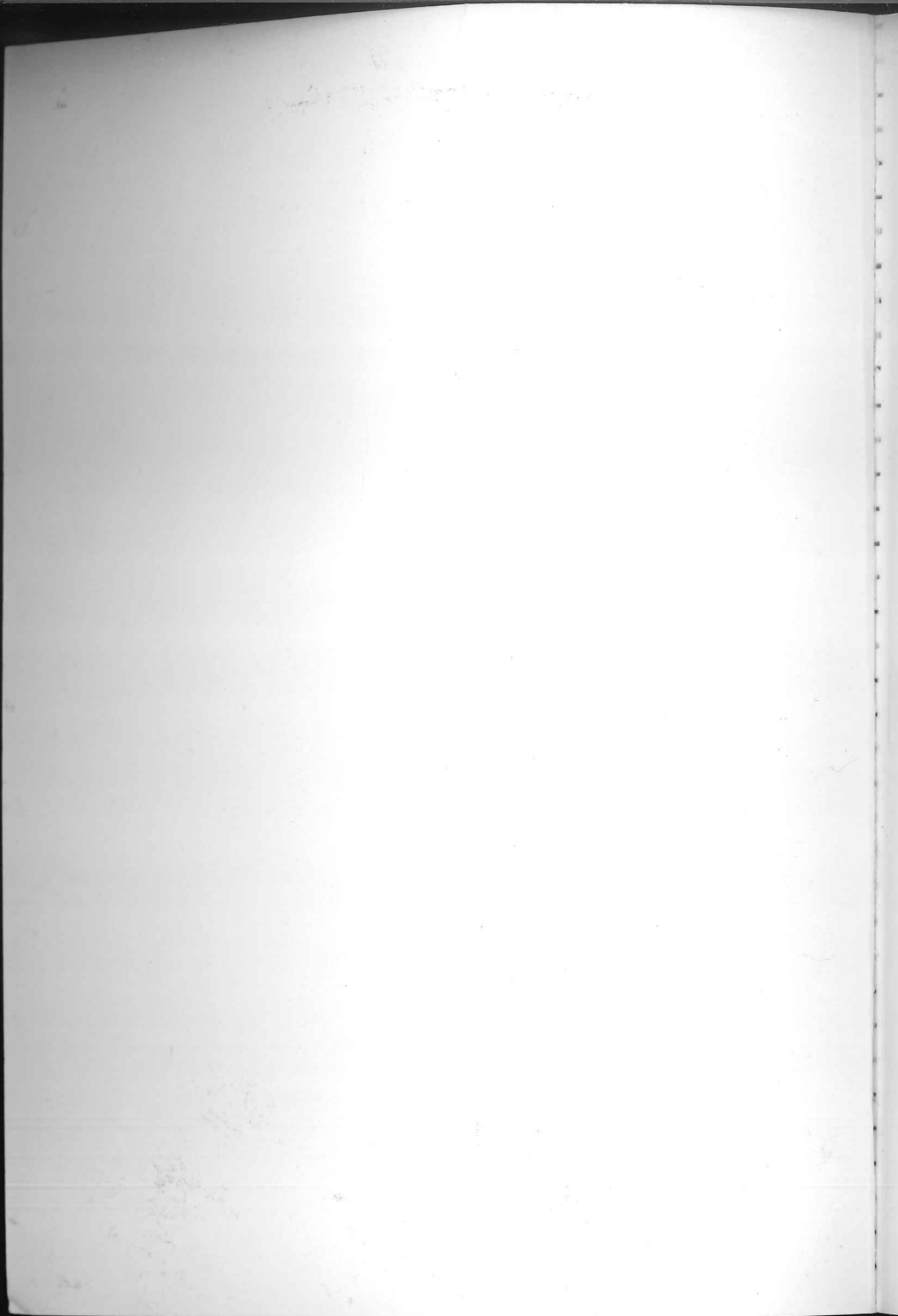
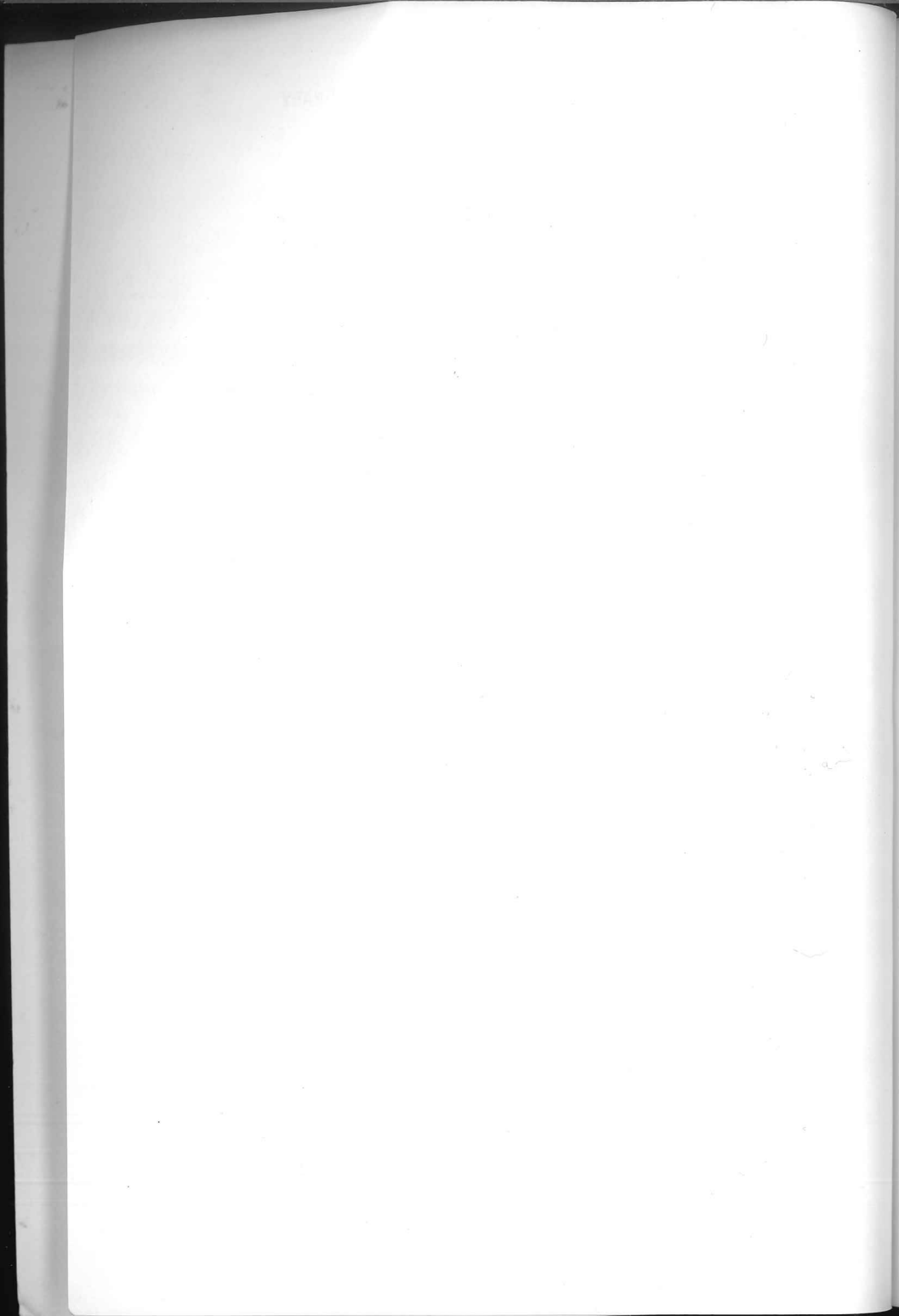
OS CONGRESSOS
DA FRELIMO, DO PAIGC E DO MPLA

uma análise comparativa

LUÍS MOITA

COLECÇÃO
ÁFRICA EM LUTA

NOVA SÉRIE - 1

ULMEIRO

OS CONGRESSOS DA FRELIMO, DO PAIGC E DO MPLA

LUÍS MOITA

Colecção
África em Luta — Nova Série 1
ULMEIRO

I

INTRODUÇÃO

Maputo, Bissau e Luanda foram, durante o ano de 1977, o cenário dos Congressos da FRELIMO, do PAIGC e do MPLA. Três capitais de outros tantos países, libertos do colonialismo português por força de um longo combate popular armado, acolheram delegados e convidados em reuniões de importância fundamental para a definição do seu próprio futuro.

III Congresso da FRELIMO, de 4 a 7 de Fevereiro. III Congresso do PAIGC, de 15 a 20 de Novembro. I Congresso do MPLA, de 4 a 10 de Dezembro. As organizações de vanguarda dos povos de Moçambique, da Guiné-Bissau e Cabo-Verde e de Angola, convocaram os seus órgãos supremos pela primeira vez após as respectivas independências políticas, a fim de procederem ao balanço da luta, reformularem os seus objectivos para a fase actual e consolidarem as bases ideológicas, programáticas e organizativas do seu próprio projecto de construção de novas sociedades.

Tais acontecimentos, longe de poderem ser vistos como meros casos de vida interna das respectivas organizações, terão um inevitável impacto no conjunto dos países em causa, já que os movimentos de libertação ao tomarem o poder e ao constituirem-se em Partidos definem-se a si mesmos, e na verdade o são, forças dirigentes do Estado e da sociedade. As resoluções dos Congressos ultrapassam pois os limites de uma assembleia partidária

e assumem o carácter de momentos cruciais para a história dos povos.

Mais ainda, se pensarmos no alcance que teve a derrocada do colonialismo português, no significado das novas independências e da sua repercussão à escala do continente africano, se pensarmos nas profundas alterações em curso na geografia política sobretudo na África Austral e se tivermos em conta o jogo das forças mundiais que hoje se chocam naquele continente, melhor compreenderemos a importância dos Congressos da FRELIMO, do PAIGC e do MPLA. Eles valem como expressão de uma prática política e como relançamento de um projecto colectivo cujas repercussões se estendem para além das fronteiras.

Quando Samora Machel, Aristides Pereira e Agostinho Neto leram, perante os Congressos, os seus Relatórios Políticos, traduziram realidades certamente diferentes. São diferentes as caractrísticas de cada sociedade, como é diferente a experiência de luta de cada movimento de libertação, como ainda são diferentes e particularizados os caminhos a percorrer. Está longe de nós qualquer tentativa de comparação simplista ou de equiparação forçada entre as linhas políticas da FRELIMO, do PAIGC e do MPLA. Um estudo conjunto não pretende de forma alguma diluir a individualidade própria de cada povo e de cada vanguarda dirigente. Todavia esse mesmo estudo conjunto justifica-se plenamente, se atendermos às profundas afinidades existentes entre eles, radicadas na história de uma luta contra o inimigo comum e alicerçadas pela prossecução de objectivos também comuns que não são outros senão a independência dos povos africanos, o combate contra o imperialismo e a edificação de sociedades onde sejam liquidadas as formas de exploração do homem pelo homem.

Os três Congressos assinalam marcos importantes na história da revolução em África e no mundo.

Analisar esses marcos é pôr a claro o ímpeto revolucionário que lhes é comum.

Por razões que têm a ver com as características da colonização portuguesa, Moçambique, Guiné-Cabo Verde e Angola

(sem falarmos agora de S. Tomé e Príncipe e de Timor) conquistaram a sua independência uma década mais tarde em relação ao grosso dos países africanos. A intransigência política da metrópole colonizadora e a crueldade obstinada com que foram reprimidos os anseios de liberdade dos povos, levaram a que a luta de libertação assumisse o carácter de uma guerrra popular prolongada. Ora estes factos permitiram um notável amadurecimento no combate nacionalista das ex-colónias portuguesas. Em primeiro lugar, estava já latente em África o fenómeno do neo-colonialismo e a percepção de que a independência política raramente tinha significado uma independência real: a nova dominação das burguesias locais e a sua subordinação aos interesses do capitalismo internacional, mostravam a insuficiência da mera luta nacionalista. Daí a consciência de que a exploração não tem côr. Daí também a correcta definição de inimigo, purificada da tentação racista: o inimigo não é o branco, mas o opressor e o explorador. Este aprofundamento pode hoje parecer-nos banal, mas a verdade é que ele altera qualitativamente o sentido da emancipação africana. Em segundo lugar, o desencadear de uma guerra popular prolongada supõe a intensa e extensa mobilização política das massas camponesas, tanto mais importante quanto, a partir de determinado momento, o movimento de libertação passa a controlar importantes áreas do território onde é possível estabelecer um novo tipo de vida social, transformando as relações de produção e inaugurando formas de poder popular. A experiência das regiões libertadas marcou em elevado grau a prática da luta e constituiu uma semente fecunda e um alicerce sólido para a sociedade futura.

O conjunto destes factores proporcionam uma grande radicalização às lutas de libertação das colónias portuguesas. Radicaliação não é sinónimo de extremismo, mas de capacidade de ir às raízes e de aprofundar os objectivos e os métodos do combate. A FRELIMO, o PAIGC e o MPLA conduziram lutas radicais, pois neles o movimento nacionalista era já portador do princípio de destruição das velhas ou novas formas de exploração.

Os três Congressos de 1977, sendo os primeiros após as independências, exprimem já com toda a clareza as transformações de fundo que estão em curso naqueles países. A libertação nacional prolonga-se em revolução social.

Não se pense que este processo é linear ou mecânico. Bem pelo contrário, a fase actual é atravessada por fortes contradições, na medida em que as características do novo poder e as firmes medidas de política popular por ele tomadas desencadearam uma inevitável agudização da luta de classes. O reflexo, a nível internacional, desta mesma agudização manifesta-se na confrontação com o imperialismo, confrontação muitas vezes directa e sangrenta, como acontece no caso de Moçambique, objecto de violentas agressões por parte da minoria racista rodesiana, ou no caso de Angola, tenazmente cercada por reaccionários e racistas.

O momento presente é ainda de consolidação da independência recém-conquistada. Nas antigas colónias portuguesas, gravemente feridas pela guerra colonial, a braços com a fuga de técnicos, sacudidos por convulsões próprias dos períodos de transição, vive-se uma fase que é definida como de reconstrução nacional. Trata-se de reorganizar todo o sistema produtivo e de estruturar em novas bases políticas e sociais o conjunto das instituições, desde a escola até às forças armadas, desde os tribunais até à administração pública.

A reconstrução nacional, porém, é acompanhada por uma luta específica pela independência económica. Anular os riscos do neocolonialismo é superar a dominação económica face ao capitalismo internacional, é romper com os circuitos da dependência e promover uma estratégia de desenvolvimento centrada nas próprias capacidades nacionais.

Em suma, se quisermos resumir as coordenadas gerais do contexto político em que se inserem os Congressos da FRELIMO, do PAIGC e do MPLA, podemos dizer: a luta de libertação nacional, radicalizada ao longo de uma guerra popular prolongada, desabrocha num processo de profundas transforma-

ções sociais, provocando uma agudização da luta de classes e uma confrontação com o imperialismo; a fase actual é de consolidação da independência, de reconstrução nacional e de combate contra o neocolonialismo pela independência económica e pelo desenvolvimento.

Estes traços comuns à situação dos povos de Moçambique, Guiné-Cabo Verde e Angola nada retiram, como referimos, à especificidade de cada país. Justamente poderemos verificar que a análise política feita em cada Congresso parte sempre da consciência da sua própria realidade e do enraizamento na sua experiência autónoma de luta. À medida que formos analisando as questões centrais abordadas nesses Congressos, veremos com evidência as afinidades reais entre a linha política dos três movimentos de libertação e, simultaneamente, a originalidade de cada uma dessas linhas. De uma maneira ou de outra, no que têm de comum e no que têm de específico, os Congressos da FRELIMO, do PAIGC e do MPLA, trazem-nos grandes ensinamentos.

II

OS ANTERIORES CONGRESSOS

Os Congressos agora em estudo não foram apenas pontos de partida, nem muito menos actos isolados na história dos Movimentos. Eles tiveram importantes antecedentes, eles recapitulam toda a experiência de luta, eles situam-se como momentos altos de um processo dinâmico. Embora com a brevidade necessária, vale a pena introduzir aqui algumas notas relativas aos anteriores Congressos, na medida em que eles balizaram algumas etapas fundamentais da luta de libertação. Ao olharmos assim para o passado, compreenderemos melhor onde mergulham as raízes das actuais definições políticas.

Os anteriores Congressos da FRELIMO reuniram-se em 1962 e 1968. O primeiro reuniu-se ainda no exílio em Dar-es--Salaam, capital da então República do Tanganyka, entre 23 e 28 de Setembro. Poucos meses antes, em 25 de Junho de 1962, fundara-se a FRELIMO, como resultado da fusão de vários grupos nacionalistas (UDENAMO, MANU e UNAMI).

Samora Machel resumiu assim o alcance desta realização:

> «O significado essencial do I Congresso é duplo:
>
> — O I Congresso estabeleceu uma plataforma justa, capaz de reunir todos os patriotas moçambicanos;

— O I Congresso fixou como objectivo central da FRELIMO a libertação da Pátria e determinou a estratégia e a táctica para atingirmos esse objectivo.

A conquista fundamental do I Congresso foi a unidade de todos os patriotas moçambicanos, do Rovuma ao Maputo. O I Congresso definiu o papel fundamental da unidade no processo da libertação nacional; ele provou que a divisão era a causa maior do fracasso da resistência histórica do nosso Povo ao colonialismo. O I Congresso é pois o Congresso da Unidade.

Ao estabelecer a plataforma justa da unidade, o I Congresso definiu correctamente o inimigo como sendo o colonialismo português; estabeleceu o programa de combate por todos os meios, incluindo a luta armada, contra a dominação estrangeira; condenou com firmeza o imperialismo, verdadeiro sustentáculo do colonialismo, e definiu correctamente os nossos amigos do plano exterior — as forças anti-colonialistas, anti-imperialistas, as forças democráticas e da Paz; exprimiu o internacionalismo do nosso Povo; a nossa solidariedade com a luta de todos os Povos contra as formas de opressão; dotou a FRELIMO de estruturas correctas, que permitiram desencadear a luta de libertação nacional; adoptou o centralismo democrático, garantindo assim a unidade e a eficácia da Organização».

(FRELIMO — Relatório do C. C.)

O nascimento da FRELIMO e a clareza da sua linha política logo lhe valeram um grande apoio por parte das massas populares, mas também foi ocasião para se revelarem os oportunistas:

«Os oportunistas ora partiam de posições capitulacionistas e recusavam o combate contra as forças mili-

tares colonialistas, a quem estrategicamente temiam, ora partiam de posições aventureiristas e menosprezavam tacticamente o inimigo propondo pequenas acções isoladas e terroristas e afirmando que o inimigo se renderia irremediavelmente. Na realidade, uns e outros recusavam o trabalho político, desprezavam as massas organizadas como força principal do nosso combate».

(FRELIMO — Relatório do C. C.)

Foi este trabalho político de organização das massas que permitiu o desencadear da luta armada em 25 de Setembro de 1964, e a partir do ano seguinte a FRELIMO controlava já vastas áreas do norte do país, nas províncias de Cabo Delgado e de Niassa.

«As vitórias militares e a orientação da FRELIMO de reorganizar a produção de bens materiais, conduziram a um rápido crescimento da produção agrícola e à criação de excedentes. O aparecimento de excedentes na produção e a necessidade premente de organizar o comércio interno e externo das zonas semilibertadas criaram condições objectivas para a emergência de novos exploradores. O fenómeno foi particularmente agudo em Cabo Delgado, onde as zonas sob o nosso controlo eram extensas, férteis e densamente habitadas. Os novos exploradores eram elementos que viam na libertação do nosso país a possibilidade de se substituir aos exploradores colonialistas».

(FRELIMO — Relatório do C. C.)

À volta desta questão dos «novos exploradores» surgiram as mais graves, e também as mais fecundas, contradições no

interior da FRELIMO, contradições essas cuja correcta resolução foi determinante para o aprofundamento da linha política. Os «novos exploradores» defendiam a propriedade privada das terras e especulavam com o comércio por eles controlado; eram racistas e procuravam manter as estruturas feudais tradicionais; opunham-se à guerra popular prolongada e preconizavam acções militares aventureiras de guerrilha urbana; lutavam contra a educação das massas e contra a emancipação da mulher; opunham-se a que os guerrilheiros participassem no trabalho produtivo.

Eles pretendiam que o II Congresso se realizasse novamente no exterior, mas a Direcção, apoiada na larga maioria dos quadros e das massas, conseguiu que ele tivesse lugar numa região libertada: acabou por se realizar a 25 de Julho de 1968 na Província de Niassa.

> «O II Congresso criou condições para a resolução correcta das contradições antagónicas existentes no seio da FRELIMO, entre os defensores dos interesses das largas massas laboriosas e aqueles que apenas procuravam expulsar o colonialismo português para se substituir a ele como força exploradora.
>
> O II Congresso traçou orientações para o sucesso da luta armada e para a materialização dos objectivos da Revolução Democrática Nacional: o fim da dominação colonial estrangeira, a liquidação das estruturas de opressão feudais e fascistas e a extensão a todo o país das liberdades democráticas. (...)
>
> O II Congresso aprovou a tese da Guerra Popular Prolongada. Guerra Popular pelo seu conteúdo, métodos e objectivos. Guerra das classes exploradoras para derrubar o sistema de exploração. Guerra fundada na larga mobilização e participação das amplas camadas populares. Guerra em que o Povo constitui a força principal, a força que finalmente derruba o inimigo. Guerra em que se

integram e se fundem a luta política e a luta ideológica. (...).

No II Congresso foi aprovada a tese política da clemência em relação aos prisioneiros de guerra, tese fundamental que na prática ilustrava e aprofundava a definição correcta do inimigo (...). O II Congresso aprovou a tese do estabelecimento do Poder Popular (...).

O II Congresso aprovou as teses sobre a política exterior da FRELIMO, que situaram a nossa luta como parte integrante do combate geral dos povos, pela construção duma sociedade livre de exploração do homem pelo homem».

(FRELIMO — relatório do C. C.)

Este simples enunciado permite avaliar todo o alcance que tiveram as resoluções do II Congresso. É verdade que as contradições não foram resolvidas de um momento para o outro e os «novos exploradores» intensificaram mesmo as suas tentativas por liquidar a corrente revolucionária da FRELIMO, enquanto os colonialistas não olhavam a meios: em 3 de Fevereiro de 1969 assassinaram o Presidente Eduardo Mondlane. Mas o alargamento e o aprofundamento da consciência política entre as massas permitiu a superação das dificuldades e marcou as grandes etapas seguintes da luta, culminando, como é sabido, com a derrota do colonialismo e a proclamação da independência da República Popular de Moçambique em 25 de Junho de 1975.

Igualmente elucidativa é a história dos anteriores Congressos do PAIGC, sobre os quais se pode também registar um breve apontamento. Fundado em 19 de Setembro de 1956, o PAIGC desencadeou a luta armada de libertação na Guiné em 23 de Janeiro de 1963 e, desde cedo, começou a controlar algumas

zonas do país, designadamente nas regiões do Sul. Foi aí, em Cassacá, de 13 a 17 de Fevereiro de 1964, que se reuniu a VI Conferência Geral de Quadros do Partido, que, pelo seu elevado grau de representatividade, foi considerada o Primeiro Congresso do PAIGC. Simultaneamente e a pouca distância, a célebre batalha de Como atingia o seu ponto culminante, terminando com a importante vitória de manter essa ilha como primeira porção do território libertada da dominação colonial.

Foi um Congresso de profunda crítica e auto-crítica, corrigindo graves erros que se tinham introduzido na prática de numerosos responsáveis. «O Partido já estava doente, após um ano de luta», como diria Amílcar Cabral em 1969. O Congresso de Cassacá purificou profundamente as fileiras do Partido. Mas não só. O Congresso tomou ainda decisões fundamentais no domínio da organização política e militar, e sobretudo constatou que o Partido já tinha assumido certas funções que eram próprias de um Estado: doravante tratava-se também de administrar parcelas do território nacional. Criaram-se novas estruturas para o Partido, constituiu-se um embrião de exército regular paralelo às milícias populares, fundaram-se os Armazéns do Povo para garantir o abastecimento, lançaram-se serviços de educação e saúde, deram-se os primeiros passos para a organização dos tribunais populares e do próprio registo civil, etc.

Passados 9 anos, o PAIGC reuniu o seu II Congresso no Boé. Em Dezembro de 1972 tinham decorrido as eleições para a Assembleia Nacional Popular e a 20 de Janeiro de 1973 agentes a soldo do colonialismo tinham assassinado Amílcar Cabral, «Militante n.º 1 do PAIGC e Fundador da Nacionalidade».

> «Foi neste contexto histórico determinado pela série de acontecimentos decisivos que acabámos de evocar que se reuniu o II Congresso do nosso Partido, nas áreas libertadas do leste, de 18 a 22 de Julho de 1973.
>
> Unidade, Luta, Vigilância: triplo signo em torno do qual a direcção do PAIGC e o conjunto dos seus mili-

tantes se mobilizaram para acelerar a vitória da luta de libertação nacional. Reafirmando sem equívocos a correcta orientação que o nosso saudoso camarada Amílcar Cabral imprimira ao combate libertador na Guiné e Cabo Verde, desde o seu início, o segundo Congresso tomou importantes decisões no quadro da acção militar e no domínio da reconstrução nacional. A aplicação prática de tais decisões iria mudar radicalmente a face da guerra popular revolucionária e engendrar a derrocada do colonialismo nas nossas terras. O II Congresso decidiu convocar a Assembleia Nacional Popular no decurso desse ano, a fim de cumprir a sua decisão de proclamar o Estado da Guiné, criar o seu Executivo e adoptar a primeira Constituição da nossa História.

Por outro lado convém sublinhar a criação da Comissão Nacional de Cabo Verde, incumbida de intensificar a acção do nosso Partido no Arquipélago».

(PAIGC — relatório do C.S.L.)

Os acontecimentos seguintes são conhecidos: em 24 de Setembro de 1973, a Assembleia Nacional Popular proclamava em Madina do Boé, a independência da República da Guiné-Bissau; um ano mais tarde, após o termo da guerra colonial e o Acordo celebrado com Portugal em Argel, o PAIGC entrava triunfalmente em Bissau e passava a controlar todo o território do país; em 5 de Julho de 1975 era proclamada a independência de Cabo Verde.

Os dois primeiros Congressos do PAIGC ficam assim a assinalar etapas fundamentais da luta, seja no início da existência de zonas libertadas, seja nas vésperas da independência nacional. Tal como os da FRELIMO, também estes Congressos determinaram a superação de contradições e dificuldades dando novos impulsos à luta.

Por sua vez, o MPLA só em 1977 reuniu o seu I Congresso. Isso não significa menor trabalho colectivo na elaboração da linha política do Movimento, pois esse trabalho remonta à 1.ª Conferência Nacional em 1962 e à importante Conferência de Quadros em 1964. Inclusivamente em 1971, numa Reunião Plenária do Comité Director, com os Comandos das Regiões Político-Militares foram lançados os preparativos do Congresso:

> «Nessa Reunião Plenária "partindo do princípio de que sem conteúdo de classe não há Revolução e que sem Partido Revolucionário também não há Revolução, o Comité Director do MPLA decide pôr em prática as resoluções das precedentes Assembleias Regionais no sentido de se criar uma forte estrutura partidária no seio do MPLA, assentando numa ideologia progressista, sem no entanto descurar a aplicação da política de frente nacional". Chegou a formar-se a Comissão Preparatória do Congresso que iniciou imediatamente os seus trabalhos, uma vez mais em vão. Aos mesmos obstáculos de sempre causados pelas grandes distâncias e pelas dificuldades de ligações, dois novos factores se juntaram: a situação criada pela grande ofensiva do inimigo com utilização de desfolhantes provocou uma grave crise de fome e o aparecimento de grupos tribais a que não era estranha a infiltração inimiga.
>
> Para se ultrapassar a crise surge o Movimento de Reajustamento, primeiro na Frente Leste (Agosto de 1972) e depois na Frente Norte (Dezembro de 1973).
>
> O Movimento de Reajustamento assentou fundamentalmente em dois princípios: "a adopção de uma teoria da Revolução" e a consideração de que "as massas são o ponto de partida e de chegada de toda a Estrutura e de todos os actos da Organização"» (MPLA — Tese Preparatória do I Congresso).

Este Movimento de Reajustamento desencadeou novas contradições no interior do MPLA, concretizadas na «Revolta do Leste» liderada por Chipenda e, logo a seguir ao 25 de Abril de 1974, pela «Revolta Activa». A queda do fascismo em Portugal surpreende assim o MPLA fortemente dividido por lutas internas. Por pressões de países vizinhos, nomeadamente o Congo e a Zâmbia, o Movimento é levado a reunir-se em Lusaka, durante o mês de Agosto de 1974, com as duas referidas facções que disputavam a direcção. Essa reunião chegou a ser designada como «Congresso de Lusaka», mas o MPLA nunca o reconheceu como um verdadeiro Congresso, antes o denunciou como assembleia ilegal da qual se retirou. No comunicado final de Lusaka anunciava «a próxima realização do Primeiro Congresso do MPLA nas zonas libertadas do nosso país». As difíceis condições políticas da altura, porém, impediram a realização do Congresso propriamente dito, substituído pela Conferência Inter-Regional de Militantes que se reuniu no interior de Angola entre 12 e 20 de Setembro de 1974. Todavia, esta Conferência, pela importância das decisões que tomou, teve características muito próximas das de um Congresso, tendo inclusivé eleito um novo Comité Central para o Movimento.

> «A Conferência Inter-Regional de Militantes de Setembro de 1974 foi na realidade a encruzilhada da história Angolana. Ali tivemos de decidir pela vitória ou pela morte».
>
> (MPLA — relatório do C. C.)

Ainda no mesmo mês foi assinado o acordo de tréguas com os portugueses e em Dezembro seguinte celebrou-se o Acordo do Alvor que haveria de fixar a data da independência de Angola para 11 de Novembro de 1975. Dois anos depois, após ter travado a segunda guerra de libertação contra a invasão zairense e sul-africana e contra a FNLA e a UNITA, o MPLA reúne finalmente o seu primeiro Congresso em Luanda.

III

OS OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS E O PAPEL DAS CLASSES

Na impossibilidade de fazermos uma exposição exaustiva do conteúdo dos três Congressos reunidos em 1977, temos de nos limitar a uma apresentação das principais linhas de força neles definidas, procurando centrar-nos nas questões essenciais que são o próprio fio condutor das grandes opções políticas da FRELIMO, do PAIGC e do MPLA.

E aqui o que primeiro salta à vista é a identidade, não obstante as diferenças de formulação, dos objectivos estratégicos propostos pelos três Movimentos. Ao empreenderem a luta de libertação dos seus povos, ao conquistarem o poder e ao dirigirem as respectivas sociedades, a FRELIMO, o PAIGC e o MPLA encontram-se unidos num mesmo projecto transformador. Embora tratando-se de afirmações genéricas, nem por isso deixa de ser significativa essa identidade de objectivos, que manifesta quais as metas comuns e o significado profundo da orientação imprimida à luta.

> «A FRELIMO, nosso Partido de Vanguarda, tem como objectivo supremo a edificação em Moçambique de uma sociedade totalmente livre da exploração do homem pelo homem, onde as condições materiais de vida

do Povo melhorem continuamente, e onde as suas necessidades sociais sejam satisfeitas de modo crescente». (FRELIMO — Programa).

No mesmo sentido, um texto preparatório do Congresso sintetizava assim o conteúdo da revolução Moçambicana:

> «Como força dirigente da sociedade e do Estado, o Partido FRELIMO deve guiar, mobilizar e organizar as massas na tarefa de edificação da Democracia Popular, levar a cabo a construção do aparelho de Estado que materialize o poder da aliança operária-camponesa e sirva de instrumento para a construção da base ideológica, política, económica, cultural, social, da sociedade socialista» (FRELIMO — 7.ª tese).

Em termos semelhantes, embora com referência explícita à construção do socialismo, o PAIGC enuncia o seu

> «objectivo programático supremo: construir, na base da Unidade Guiné-Cabo Verde, uma sociedade definitivamente liberta de toda a forma de exploração do homem pelo homem» (PAIGC — Preâmbulo dos Estatutos).

E o Secretário-Geral, Aristides Pereira, insistia por diversas vezes, na mesma ideia:

> «Desde a sua criação, o nosso Partido definiu, de forma clara e precisa, o caminho a seguir e os objectivos a atingir: a libertação total, pelo regresso à nossa própria história, pelo fim da exploração do homem pelo homem e pelo desenvolvimento dos nossos países nos planos social, económico e cultural, ao serviço do progresso, paz e felicidade dos nossos povos e de toda a Humanidade. (...) Impõe-se que o PAIGC continue a aprofundar, através

de uma prática revolucionária de defesa intransigente dos interesses das massas trabalhadoras, o conteúdo ideológico da luta: a liquidação da exploração do homem pelo homem» (PAIGC — relatório do C.S.L.).

Pelo seu lado, o MPLA formula com igual clareza os seus objectivos estratégicos:

> «O MPLA, Partido da Classe Operária, conduz a luta pela edificação do Socialismo em Angola e pela instauração duma sociedade sem classes em que vigore uma ordem social mais justa, uma economia independente e planificada, a mais ampla democracia e em que se satisfaçam as necessidades do Povo» (MPLA — Programa).

A identidade de posições de fundo revelada por estes enunciados não significa que exista uma identificação de linhas políticas dos três Partidos, como se entre eles houvesse uma forçada equiparação ou um paralelismo artificial. No interior do objectivo estratégico comum, as opções vão diversificar-se, a orientação política vai particularizar-se. Nem poderia ser de outro modo, se atendermos às condições específicas dos respectivos países. A FRELIMO, o PAIGC e o MPLA seguem caminhos próprios e autónomos, em conformidade com a situação objectiva das sociedades Moçambicana, Guineense-Gaboverdiana e Angolana. Encontrando-se profundamente enraizados nos Povos de que são vanguardas, esses Partidos reflectem histórias diferentes, condicionalismos económico-sociais diferentes, graus de evolução diferentes. Do enraizamento na realidade resulta a inevitável e desejável diversidade política.

Um dos factores que mais determina essa diversidade é justamente a diferente composição social dos países em causa, ou melhor, a sua estrutura de classes. Em consequência, nada admira que os Congressos fundamentem as suas grandes opções políticas numa análise das classes sociais, do seu peso relativo, do seu

papel no conjunto da sociedade, dos seus conflitos e das suas alianças, da sua função no processo revolucionário. Devemos pois começar por aí, a fim de bem entendermos a coerência de toda a orientação assumida por cada Congresso.

A FRELIMO iniciou a luta de libertação de Moçambique a partir das províncias do norte, com base essencialmente na organização das massas camponesas. Esse facto marcará de modo decisivo a experiência política da FRELIMO. Todavia, com o alargamento da sua influência no território e, sobretudo, após a independência, a FRELIMO vai entrar em contacto com camadas proletárias já relativamente numerosas, camadas essas que demonstraram uma entusiástica adesão à causa revolucionária e cujo dinamismo esteve na origem de muitos avanços na transformação da sociedade moçambicana. Para um total de 6 milhões de habitantes, cerca de 80% da população do país trabalha no campo; em 1970 o número de assalariados agrícolas era estimado em 454.000 e o operariado industrial é da ordem dos 94.000 trabalhadores. Deve ainda ter-se em conta na análise das classes em Moçambique o facto de um grande número de trabalhadores do campo, nas províncias do sul, terem uma particular experiência de proletarização na medida em que trabalhavam temporariamente nas minas da África do Sul. Em suma, a esmagadora maioria da população pertence às classes trabalhdoras, com uma percentagem significativa de assalariados rurais e industriais.

Existirá em rigor uma burguesia moçambicana? A 8.ª Sessão do Comité Central da FRELIMO (11-27 de Fevereiro de 1976) fazia uma pormenorizada análise da situação política e definia então os inimigos do povo moçambicano, referindo-se ao imperialismo, à burguesia colonial e à «média e pequena burguesia nacional». Esta expressão — «burguesia nacional» — é sintomaticamente abandonada nos textos do Congresso e substituída por esta outra mais rigorosa de «burguesia interna», cuja característica é a incapacidade de um projecto nacional autónomo e a sua estrutural dependência em relação ao imperialismo.

«Após a fuga da maior parte dos elementos da burguesia colonial, isto é, da burguesia portuguesa que se encontrava em Moçambique, o principal inimigo directo das classes trabalhadoras de Moçambique é a burguesia interna.

A burguesia interna tem fraco poder económico e é também numericamente fraca. (...) Sem poder económico, a burguesia interna é incapaz de existir por si só. Estava dependente do poder económico da burguesia colonial e, agora, só poderia sobreviver com o apoio do poder económico do imperialismo. (...) A característica principal da burguesia é, precisamente, a sua intenção de substituir o colonialismo português no papel de gerente dos interesses imperialistas» (FRELIMO — Texto preparatório do Congresso).

Uma vez traçado o perfil das classes sociais moçambicanas e uma vez identificado o inimigo com o imperialismo e com a burguesia interna, a FRELIMO recorda que só as classes trabalhadoras lutam pela construção do socialismo, e que essa luta assenta na aliança operário-camponesa, sob a direcção da classe operária. O 1.º artigo dos Estatutos diz expressamente:

«A FRELIMO é o Partido da vanguarda da aliança operário-camponesa. Sob a direcção da classe operária, a FRELIMO reúne numa aliança voluntária e militante, na base do Socialismo Científico, os operários, o campesinato, os soldados, os intelectuais revolucionários e outros trabalhadores, forjados e temperados na luta contra a exploração do homem pelo homem, pela vitória dos interesses populares» (FRELIMO — Estatutos).

A classe operária possui uma experiência que a torna particularmente apta a construir a sociedade socialista, uma experiência de organização, de trabalho colectivo e de posse, também colectiva, dos meios de produção.

«É por causa destas qualidades que dizemos que a classe operária, sendo a única a possuí-las, é a classe dirigente da sociedade e da história: porque pela sua experiência ela possui as qualidades para organizar de uma maneira nova a sociedade. A classe camponesa, pela sua importância numérica e pela riqueza que cria, é o aliado fundamental da classe operária. Ela também quer a revolução socialista mas é verdade que, para fazer a revolução socialista, deve aprender da classe operária o espírito colectivo, o espírito de organização e o espírito da propriedade colectiva. Os outros trabalhadores, os funcionários, os empregados, os intelectuais, os enfermeiros, os professores, etc., são trabalhadores e, enquanto tal, também querem a revolução socialista. No entanto, durante o período da dominação burguesa, porque ganhavam bem, porque eram chamados a servir directamente a burguesia, adquiriram muitas ideias, muitos hábitos, muitos costumes que identificam a burguesia. Estes trabalhadores precisam de fazer um combate interno, precisam de aprender as qualidades da classe operária, precisam de adquirir uma nova mentalidade, que os leve a repudiar a burguesia e a identificarem-se com a classe operária» (FRELIMO — Texto Preparatório do Congresso).

Mais à frente, haveremos de retomar alguns destes temas mas registemos, para já, a ideia geral sobre a estrutura de classes em Moçambique e sobre o papel de cada uma delas perante a causa da revolução Socialista.

Bem diferente é a estrutura social na Guiné e em Cabo Verde. Embora sejam, tal como Moçambique, sociedades predominantemente camponesas, estes países caracterizam-se pela quase total ausência de um verdadeiro proletariado, constituído como classe social autónoma. A Guiné-Bissau tem aproximadamente 900.000 habitantes e 90% da sua população é camponesa. No

conjunto do país, porém, há apenas um total de 24.000 assalariados, dos quais 15.000 são funcionários públicos e, entre estes, 80% vivem em Bissau. O número de assalariados nas poucas unidades industriais, nos campos, ou nos serviços não estatizados, é pois muito reduzido. Analogamente, em Cabo-Verde, para uma população residente de cerca de 300.000 pessoas (excluindo portanto as centenas de milhar de emigrantes), só 3% dos activos trabalham na indústria e 6% nos serviços.

Este condicionalismo económico e social determinou evidentemente algumas peculiariedades, tanto na luta de libertação como na fase actual.

> «A análise da situação social nos nossos países levou o PAIGC a verificar que a dominação colonial, representada pela burguesia portuguesa, permitindo apenas a sobrevivência de uma economia de subsistência ao lado de uma economia de mercado atrasado, não possibilitara o desenvolvimento de classes sociais conscientes e a afirmação de uma delas como portadora exclusiva da História.
>
> Eis a razão por que o processo histórico da nossa luta de libertação nacional foi desencadeado não por uma classe mas pelo sector revolucionário da pequena burguesia que soube conquistar para a ideia da independência as camadas laboriosas mais exploradas, organizá-las num vasto movimento e integrar na direcção política os elementos mais dinâmicos» (PAIGC — Relatório do CSL).

O pequeno núcleo de dirigentes que primeiro despertou para o ideal nacionalista e que fundou o Partido era oriundo da pequena-burguesia urbana e iniciou a mobilização política entre os assalariados dos serviços da cidade. Mas o forte embate da repressão colonial, cruelmente manifestada no massacre de Pidgiguiti em 1959, logo fez concluir pela fragilidade dessas camadas e pela necessidade de mobilizar as massas camponesas.

Por isso mesmo Amílcar Cabral referia no «Seminário de Quadros» que a classe dos camponeses «é a mais importante do ponto de vista físico, porque é a mais numerosa» e que a classe «principal do ponto de vista histórico foi a pequena-burguesia e os assalariados da cidade». Mas agora, após a independência, como se apresenta a situação?

> «A libertação das forças produtivas nacionais, resultante do acesso à independência, e a intervenção no plano económico de um Estado que defende os interesses das massas trabalhadoras, originaram novos tipos de relações nas nossas sociedades.
>
> No entanto, na Guiné como em Cabo Verde, não tendo estes factores de transformação produzido ainda mudanças qualitativas significativas na estrutura de classe, os motores sociais que vêm conduzindo o processo revolucionário revelam-se perfeitamente adequados às realidades actuais.
>
> Com efeito, as camadas laboriosas do campo, que constituem a força de trabalho principal, abrangendo a esmagadora maioria da população, mantêm-se num estádio de baixo nível de desenvolvimento. Na população urbana distingue-se, em primeiro lugar, uma camada constituída por operários e assalariados. Uma outra camada de trabalhadores formada pelos empregados e funcionários integra o essencial de pequena burguesia que engloba também os comerciantes e os industriais. Esta pequena burguesia é representada no campo pelos proprietários das terras.
>
> O fraco desenvolvimento das forças produtivas nacionais e a existência apenas de pequenas unidades industriais tanto na Guiné como em Cabo Verde, não permitem falar com rigor de um operariado no sentido de uma classe consciente dos seus interesses e preparado

para assumir as suas responabilidades históricas» (PAIGC — 1.ª Tese).

Este importante texto condensa os elementos fundamentais da análise de classes nas sociedades guineense e caboverdiana. Dada a realidade objectiva da estrutura económico-social e atendendo a que a independência, não obstante ter libertado as «forças produtivas nacionais», ainda não introduziu «mudanças qualitativas significativas», uma conclusão política se deve retirar: não existe nenhuma classe que, só por si, possa exercer o papel de classe dirigente do processo revolucionário. O Congresso do PAIGC, como veremos, desta conclusão tira todas as suas consequências.

O caso de Angola tem obviamente mais semelhanças com o de Moçambique. País de 6 milhões de habitantes, é provável que a classe operária em Angola, ronde os 100.000 trabalhadores, além de se verificar a proletarização de vastos sectores da população do campo. Num documento preparatório do Congresso do MPLA descreve-se assim a evolução e a caracterização das classes sociais em Angola:

«Nas cidades e nos campos aparecem em número continuamente crescente os primeiros grupos de assalariados, proletariado em embrião, cuja venda de força de trabalho é a única fonte de recursos.

A origem camponesa da maior parte dos operários não favorece o amadurecimento da sua consciência de classe; mas, em contrapartida, assegura-lhe uma fácil aliança com o campesinato. Este facto e o crescimento numérico do proletariado e as suas migrações, virão a ter certa influência na unificação do proletariado e na destruição de alguns reflexos tribais.

O facto colonial-fascista faz com que se atrase o desenvolvimento da burguesia angolana face ao mais

rápido desenvolvimento do proletariado, directamente ligado ao crescimento das empresas de capital estrangeiro.

É o operariado quem potencialmente representa a vanguarda do movimento revolucionário, vanguarda que assumirá efectivamente com o maior desenvolvimento das forças produtivas e consequente libertação de alguns atavismos resultantes do obscurantismo em que o colonialismo os fez mergulhar.

O campesinato angolano que engloba a grande maioria da população, ocupa pequenas propriedades familiares, no seu maior número, viradas para a produção de quase-subsistência, enquanto outras se ligam à economia capitalista, cultivando produtos de exportação.

O carácter retrógrado do colonialismo português assentou a sua exploração desenfreada nos camponeses a quem usurpou a terra e a quem submeteu ao humilhante trabalho forçado.

Este facto terá contribuído para que o campesinato angolano tenha desempenhado um papel de importância decisiva na luta armada de libertação nacional, pelo grande número de efectivos que lhes fornecia nas diferentes regiões, e também para que o camponês angolano se mostre muito permeável às ideias revolucionárias e aos princípios de colectivização da terra.

O desenvolvimento do capitalismo colonial português não deu origem a uma significativa burguesia compradora, permitindo antes que se esboçasse uma burguesia nacional vacilante e pouco empreendedora, composta de alguns proprietários médios, cujos interesses sempre chocaram com os do colonizador, cioso das suas prerrogativas.

Face à fraqueza da burguesia nacional embrionária, assume maior importância a pequena burguesia, composta sobretudo de intelectuais, estudantes, membros

de profissões liberais, de pequenos comerciantes, de artesãos e de pequenos proprietários agrícolas» (MPLA — Tese preparatória).

Retomando depois esta análise, ao nível das suas implicações políticas e no que respeita ao papel de classes na sociedade e na revolução, o Congresso do MPLA formula os seguintes princípios:

> «Tendo em conta que a classe operária é a classe mais explorada da sociedade capitalista e a sua estreita ligação à técnica moderna, a sua capacidade de organização, as suas condições colectivas de trabalho, ela é o adversário mais firme e consequente do capitalismo e a **força dirigente da revolução.**
>
> Os camponeses, que constituem a maioria da população, que foram mais profundamente humilhados, deram ao longo das duas lutas de Libertação Nacional bastantes provas da sua capacidade de combate e forneceram o grosso dos efectivos guerrilheiros. A sua importância no processo da edificação da sociedade nova torna-os a **força principal** do nosso país.
>
> Os camponesse são os aliados fundamentais de classe operária. A aliança operário-camponesa constitui a **força motriz** da Revolução» (MPLA — Programa).

Também mais à frente haveremos de encontrar os reflexos desta análise e desta definição em diversos conteúdos políticos do Congresso do MPLA, designadamente no que se refere à natureza da organização de vanguarda. Embora com acentos diferentes, tanto a FRELIMO como o MPLA constatam nas suas sociedades a existência de um proletariado já relativamente desenvolvido; a classe operária, apesar dos seus actuais limites quanto a consciência de classe, têm condições objectivas para vir a ser a força dirigente da revolução, em estreita aliança com

o campesinato. Em contrapartida, o PAIGC constata a inexistência de um operariado significativo na Guiné e em Cabo Verde, donde se conclui pela impossibilidade de o papel dirigente ser exercido por uma única classe.

Estas conclusões, derivadas — como vimos — da análise sócio-política da estrutura de classe de cada sociedade, são fundamentais para a compreensão das posições adoptadas pelos Congressos.

IV

AS ETAPAS DA REVOLUÇÃO E A FASE ACTUAL DA LUTA

Uma revolução não é um processo linear e repentino. Embora não existam regras inflexíveis ou padrões uniformes, todos os processos revolucionários têm determinadas analogias e atravessam diversas etapas numa sequência dinâmica. Há os saltos bruscos e há os períodos de transição, há momentos para a ruptura violenta e momentos para a lenta maturação. Ora, uma vez definidos os objectivos estratégicos e uma vez feita a análise da situação, impõe-se clarificar o caminho a seguir, identificando com rigor o momento em que se está e apontando para os passos subsequentes. A clareza quanto às etapas da revolução e quanto à caracterização da fase actual é pois uma importante tarefa política.

Os três Congressos ocuparam-se evidentemente deste problema.

Já de início aludimos à fase específica que é actualmente vivida em Moçambique, Guiné-Cabo Verde e Angola: período de consolidação da independência e de reconstrução nacional, fase em que se procura superar o pesado desgaste provocado pela guerra e atingir o pleno rendimento da estrutura produtiva, mas também fase em que se verifica uma agudização da luta de classes e uma mais directa confrontação com o imperialismo.

Nalguns casos, como na Guiné e em Angola, os objectivos imediatos da reconstrução nacional materializam-se em metas bem concretas: atingir os níveis de produção, respectivamente, de 1963 (início da luta armada na Guiné) e de 1973 (antes da segunda guerra de libertação em Angola).

Avançando, porém, em relação a estes aspectos, os Congressos equacionam mais demoradamente a questão das etapas do processo revolucionário. Atendendo à grande identidade de posições a este respeito por parte da FRELIMO e do MPLA, e à especificidade do PAIGC, alteramos agora a ordem cronológica que temos seguido na apresentação dos Congressos, agrupando primeiramente a FRELIMO e o MPLA.

Ambos distinguem, de acordo com a teoria marxista-leninista, três etapas fundamentais: a Revolução Democrática Nacional, a Revolução Democrática Popular e a Revolução Socialista. A primeira correspondeu à fase da luta de libertação e tinha os seguintes objectivos:

> «O fim da dominação colonial estrangeira, a liquidação das estruturas de opressão feudais e fascistas e a extensão a todo o país das liberdades democráticas» (FRELIMO — Relatório do C.C.).

E o programa da FRELIMO enuncia sinteticamente:

> «A etapa que, na sua essência, foi concluída com êxito após a conquista da Independência Nacional é a etapa da Revolução Democrática Nacional. A etapa em que hoje nos engajamos é a da Revolução Democrática Popular. Só após a edificação da Democracia Popular será possível às classes trabalhadoras moçambicanas, dirigidas pelo seu Partido de vanguarda, passarem à etapa seguinte, a da Revolução Socialista» (FRELIMO — Programa).

O que é então a fase da Revolução Democrática Popular? Sobre isso, vale a pena transcrever na íntegra uma das teses para o Congresso da FRELIMO.

«Estão criadas as condições para a edificação da Democracia Popular no nosso país:

— o país foi libertado;

— a classe operária e camponesa impõe o seu poder no Estado e na sociedade.

A Democracia Popular é para o nosso povo a etapa histórica em que consolidamos a base ideológica e edificamos a base material para a passagem ao socialismo. É a fase em que, sob a direcção da aliança operário-camponesa, a totalidade da sociedade:

— reforça o poder da classe trabalhadora;

— consolida a unidade ideológica e de classe;

— leva a termo a liquidação dos vestígios da sociedade feudal e colonial capitalista, nomeadamente destruindo a opressão e a exploração da mulher e da juventude, e os valores decadentes e corruptos da velha sociedade;

— rompe definitivamente com a dependência e integração no sistema capitalista;

— constrói um poderoso sistema defensivo da soberania nacional e da revolução;

— desenvolve a agricultura e lança as bases da sua mecanização;

— edifica a indústria pesada, ponto de partida para uma indústria avançada e forte;

— leva as largas massas a conquistar e exercer o poder nas frentes da educação, ciência, cultura e saúde;

— estabelece definitivamente o princípio de «de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo o seu trabalho».

Nesta etapa o combate ideológico acentua-se de maneira a edificar o Homem Novo, o Homem socialista, o Homem livre de todas as subserviências obscurantistas e supersticiosas, o homem que domina a ciência e a cultura e assume as relações e deveres fraternais e colectivos da sociedade» (FRELIMO — 3.ª Tese).

Como dissemos, o Congresso do MPLA adoptou a mesma análise das etapas da revolução, embora o seu desenvolvimento do tema tenha uma formulação diferente:

«Angola vive presentemente a etapa da Revolução Democrática e Popular ao longo da qual se criarão todas as condições políticas e materiais para a passagem à etapa seguinte — a Revolução Socialista. (...)

A etapa da Revolução Democrática Popular é caracterizada pelo exercício da Ditadura Democrática Revolucionária, dirigida pela aliança operário-camponesa sobre todos os representantes do imperialismo que pretendem resistir ao avanço do nosso processo revolucionário.

No Estado de Democracia Popular será criado e consolidado, sob a orientação do Partido, o Poder Popular em todos os domínios, será reforçada a unidade ideológica da classe operária e far-se-ão transformações revolucionárias nas relações de produção. (...)

A etapa da Revolução Democrática e Popular é o período em que:

— Se reforça e consolida a Unidade Nacional baseada na compreensão e aplicação dos princípios do socialismo científico, o que exclui qualquer compromisso do tipo tribal, regional ou racial.

— Se conclui o processo de liquidação de todas as formas de dominação estrangeira sobre o nosso país, em especial a dominação económica.

— Se torna preponderante o sector socialista da economia.

— Diminui a importância do sector tradicional da economia e consequentemente a sua influência na vida e no pensamento do Povo.

— Se intensifica a luta na frente da produção e começam a ser criadas as bases materiais e técnicas do Socialismo.

— Se combatem intransigentemente os vícios e valores da velha sociedade colonial e capitalista.

— Se aprofunda e se conclui a liquidação do velho aparelho burocrático e administrativo, fortalecendo o poder das classes operária e camponesa e do Estado democrático e Popular.

— Se aperfeiçoam os órgãos de defesa da soberania e da Revolução, se consolidam a ordem, a disciplina e a segurança no seio da sociedade» (MPLA — Programa).

Estamos a ver que ambos os Congressos elaboraram em pormenor as características desta fase de transição que é a Democracia Popular, etapa a caminho do socialismo. Será um período onde ainda coexistem o modo de produção capitalista

e o modo de produção socialista, mas onde este segundo se irá desenvolvendo até ser dominante, pelo progressivo alargamento das formas de propriedade socialista (estatal e cooperativa) e pela também progressiva alteração das relações de produção. Tanto para a FRELIMO como para o MPLA, a Revolução Socialista corresponde à ditadura do proletariado, enquanto à Revolução Democrática Popular corresponde a «ditadura democrática revolucionária»: durante esta etapa de transição o poder, não só praticará uma política popular, como ainda promoverá crescentemente o exercício do poder pelas classes trabalhadoras, neutralizando assim a influência da burguesia e do imperialismo e criando condições para que a classe operária exerça efectivamente o seu papel dirigente sobre toda a sociedade. Como vemos, não se trata de princípios abstractos, mas de critérios enraizados nas próprias condições sociais: a burguesia interna é frágil, pois tem pouco poder económico e é pouco numerosa, enquanto por sua vez o operariado deverá desenvolver-se numericamente e aprofundar a sua consciência de classe. A democracia popular equivale assim a uma fase bem precisa do processo revolucionário, adaptada ao tipo de sociedade como a moçambicana e a angolana.

Por seu turno, o Congresso do PAIGC não abordou de maneira expressa e sistemática a questão das etapas da Revolução. Todavia, uma das teses preparatórias elabora de um certo modo o mesmo problema, retomando algumas conclusões da análise da estrutura de classe e definindo a fase actual como de «democracia nacional revolucionária». É um conceito original e interessante, utilizado em coerência com a situação objectiva e com a orientação política do PAIGC.

> «A essência da independência nacional na Guiné e em Cabo Verde consiste no exercício do poder político pelo nosso povo sob a orientação do PAIGC, força dirigente das nossas sociedades.

Esse poder político assenta, porém, numa base económica frágil, em virtude do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas nacionais, consequência da exploração colonial.

Alargar e fortalecer a base económica do poder político é tarefa primordial para a consolidação da independência nacional. Essa tarefa implica uma mobilização dos recursos naturais existentes (...) e da força de trabalho das massas populares a marcha para o progresso.

No estádio actual de desenvolvimento das nossas sociedades em que, objectivamente, nenhuma das classes reúne condições para assumir isoladamente a direcção do processo revolucionário, a mobilização nacional para o desenvolvimento só é realizável no quadro de uma democracia que estimule e garanta a participação de todas as camadas sociais.

Esta **democracia nacional** deve, pois, orientar-se no sentido da defesa dos interesses das massas trabalhadoras, as quais constituem a grande maioria da população.

Assim ela define-se como **revolucionária.**

A prática do PAIGC, ao longo da luta que vem conduzindo pela realização do seu Programa, é uma aplicação constante dos princípios da democracia revolucionária (...). Só através do aperfeiçoamento desta prática de democracia revolucionária e do consequente alargamento das bases populares dos nossos Estados se pode atingir, nas condições concretas dos nossos países, o objectivo maior da consolidação da independência nacional» (PAIGC — 3.ª Tese).

Em nome pois desta exigência de consolidar a independência nacional e de fortalecer a base económica e do poder político, conclui-se pela necessidade de estimular a mobilização de todas as camadas sociais para as tarefas do desenvolvimento, sem excluir nenhum sector da população. Se se trata de uma «mobi-

lização nacional» é lógico falar-se também de «democracia nacional revolucionária»: em primeiro lugar trata-se de um sistema que implica a participação de todo o povo guineense e caboverdiano sem distinção de classes; em segundo lugar é uma democracia revolucionária porque se orienta para a defesa dos interesses das massas trabalhadoras.

A comparação das três posições, aqui resumidas, da FRELIMO do MPLA e do PAIGC facilita a compreensão aprofundada de cada uma delas. O tipo de colonização portuguesa na Guiné e em Cabo Verde determinou um fraquíssimo desenvolvimento das forças produtivas naqueles países, certamente diferente do que aconteceu em Moçambique e Angola onde o desenvolvimento capitalista atingiu níveis mais elevados. Estes condicionalismos, ao marcarem a evolução social, influenciam também o próprio processo revolucionário na especificidade de cada situação.

Aparentemente dir-se-ia que o PAIGC se considera numa etapa mais recuada, equivalente à que é definida como Revolução Democrática Nacional. Mas talvez não seja por acaso que o Congresso fugiu desta formulação, preferindo-lhe a de Democracia Nacional Revolucionária. No entanto o PAIGC considera que a etapa actual é fundamentalmente caracterizada pelas necessidades de consolidação da independência e de mobilização nacional. E, como vimos, ao qualificá-la de revolucionária dá-lhe um inequívoco sentido Popular. Utilizando uma terminologia porventura menos clássica, o PAIGC exprime uma posição que nos parece efectivamente adequada à sua realidade.

Afinal o mesmo se pode dizer da FRELIMO e do MPLA, cujas sociedades se encontram em estádios diferentes e onde o processo de transformação tem já os contornos bem nítidos da Revolução Democrática Popular.

V

A NATUREZA DA ORGANIZAÇÃO DE VANGUARDA

As tarefas revolucionárias exigem uma vanguarda organizada.

Eis um tema que é frequentemente distorcido pelos políticos burgueses que criticam o «vanguardismo» como tirania de pequenas minorias que se auto-proclamam vanguardas revolucionárias. Esta crítica hipócrita (a dominação burguesa não é sempre dominação por uma minoria?) tenta esquecer que todos os processos de profunda transformação social são conduzidos pelos sectores mais conscientes e mais determinados que, vencendo a inércia e a resistência, e exprimindo as aspirações de todo o povo, avançam resolutamente na construção da sociedade nova. Todas as revoluções têm pois o seu destacamento de vanguarda. O problema que fica de pé é o da ligação entre a vanguarda e as massas e da resolução desse problema depende certamente o êxito da revolução. Agir com as massas e a favor delas ou sem as massas e contra elas? E não basta efectivar medidas de política popular, de que as classes trabalhadoras sejam eventuais beneficiárias — numa revolução, as massas não são apenas uma clientela do novo poder, mas são elas mesmas sujeitos activos da sua libertação e da sua transformação colectiva.

As lutas de libertação nacional nas ex-colónias portuguesas foram exactamente conduzidas pelas vanguardas dos seus povos, aos quais mobilizaram, organizaram e dirigiram. Praticaram para isso uma ampla política de unidade nacional, congregando todas as forças verdadeiramente nacionalistas, e levaram por diante uma guerra popular prolongada que derrotou o colonialismo português. Conquistada a independência, os movimentos de libertação tomaram o poder completo e realizaram agora os seus Congressos. Nesses Congressos, não só aprovaram novos Estatutos adaptados à fase presente, mas ainda redefiniram-se a si próprios na sua qualidade de vanguardas organizadas.

Qual então a actual natureza dos movimentos de libertação? Mantêm-se como frentes nacionalistas ou estruturam-se como partidos de classe?

Começando de novo pela FRELIMO, vejamos como são resolvidas as questões:

> «Para levar a cabo esta tarefa impõe-se a criação e organização do Partido de vanguarda da aliança operário-camponesa, dirigido pela ideologia científica do proletariado. (...) Sem Partido revolucionário e sem ideologia revolucionária não é possível desenvolver-se a Revolução» (FRELIMO — 4.ª Tese).

E o Relatório do Comité Central desenvolve demoradamente este ponto:

> «Torna-se cada vez mais necessário armar as classes sociais empenhadas na continuação do processo revolucionário, para que possam efectivamente assumir a direcção do processo e possam neutralizar todas as manobras do inimigo da classe, conduzindo a Revolução ao seu triunfo.
>
> As duras batalhas de classe exigem que a classe operária, em estreita aliança com o campesinato, seu

aliado fundamental, e com elementos progressistas de outras classes trabalhadoras disponham de um partido de vanguarda, orientado pela ideologia científica do proletariado.

A criação do Partido surge como uma necessidade do desenvolvimento da Revolução.

No nosso País iniciámos o processo revolucionário sem dispor do partido de vanguarda. A Direcção, no entanto, tinha um carácter de vanguarda, as FPLM, na prática, constituíam uma vanguarda organizada do povo. Foi deste modo que nos engajámos na Revolução Democrática Nacional, no contexto da Guerra Popular de Libertação. A nova etapa de intensificação de luta de classes e de construção das bases para a ulterior passagem ao Socialismo exige um novo instrumento: o partido de vanguarda (...).

Nesta perspectiva o Comité Central propõe ao III Congresso a criação do Partido de vanguarda, Partido marxista leninista. Propõe também que, tendo em conta o significado das nossas relações históricas de luta, o Partido se chame FRELIMO» (Relatório do C. C.).

Transforma-se assim a natureza da organização de vanguarda, o Movimento de Libertação é continuado pelo Partido. Note-se porém que a criação do Partido não deriva de qualquer à priori ideológico mas resulta da experiência concreta da luta, segundo a qual as classes trabalhadoras necessitam, para uma nova fase, de um novo instrumento. Mantendo a sua designação, a FRELIMO passa a ser um Partido marxista-leninista que adopta a ideologia do proletariado e defende o Socialismo científico. Registe-se ainda o rigor da expressão «Partido de vanguarda da aliança operário-camponesa», fórmula que condensa admiravelmente a natureza política da organização criada no Congresso. Sem esquecer em nenhum momento o papel dirigente da classe operária, a FRELIMO põe em primeiro plano a impor-

tância estratégica da aliança operário-camponesa, sendo o Partido a própria vanguarda dessa aliança.

A 1.ª tese preparatória do Congresso do PAIGC, reportando-se ao processo de libertação nacional, define a natureza do respectivo instrumento organizativo:

> «A mobilização de representantes de diversas camadas sociais e a sua integração no processo libertador imprimiram ao PAIGC o carácter de uma verdadeira frente nacional.
>
> No entanto, o núcleo fundador e dirigente deste movimento formulara já objectivos claros e precisos a atingir para lá da liquidação do colonialismo — o que definiu também, com justeza, o PAIGC como Partido.
>
> Respondendo a esta definição, um processo de selecção no seio da massa militante, que funcionou ao longo da luta armada de libertação nacional, aliado ao mecanismo da democracia revolucionária interna, determinou o alargamento progressivo de uma direcção — vanguarda constituída pelos melhores filhos do nosso povo» (PAIGC — 1.ª Tese).

Vemos facilmente quais são os dois elementos mais importantes contidos neste texto, os quais só aparentemente são desajustados: o PAIGC estruturou-se organizativamente como Partido e adoptou, politicamente, um programa de frente nacional. Habitualmente, uma organização de tipo frentista tem uma estrutura mais ampla e mais maleável, sem atingir o nível de exigência e o rigor orgânico de uma estrutura de tipo partidário. O PAIGC porém tem um pouco de cada coisa, como de resto vem expresso no preâmbulo dos seus novos Estatutos:

> «Vanguarda do povo da Guiné e Cabo Verde, em cujas fileiras se organiza, em bases voluntárias, a parte mais avançada e mais consciente das massas trabalhado-

> ras (camponeses, operários e trabalhadores intelectuais), o PAIGC mobiliza, enquadra e dirige, as amplas massas populares Guineenses e Caboverdianas para a realização das suas legítimas aspirações» (PAIGC — Estatutos).

Simultaneamente organização de vanguarda e de massas, o PAIGC, embora se designe como Partido, terá afinal características de verdadeiro Partido?

> «O Partido afirma-se hoje, também, como o instrumento capaz de guiar as massas populares na realização das suas profundas aspirações ao progresso e à justiça social.
>
> Na busca desse objectivo e tendo em conta a estrutura económica dos nossos países (...), o PAIGC pratica uma política de unidade nacional. Do mesmo modo, a luta anti-imperialista que, após a liquidação do colonialismo Português, ocupa lugar de primeiro plano no programa de acção do PAIGC, requer a unidade de todas as forças objectivamente interessadas na consolidação da independência nacional.
>
> O PAIGC, que conserva as suas características do passado, define-se, portanto, como **um movimento de libertação no poder**» (PAIGC — 1.ª Tese).

Aqui está de novo um conceito teórico original mas que, mais uma vez, se apresenta com inteira coerência em relação a todos os anteriores pressupostos políticos. Em resumo poderia dizer-se que a organização de vanguarda do povo guineense e caboverdiano, não obstante a sua estrutura organizativa aproximada do tipo partidário, não tem a natureza de um partido de classe, mas mantém o seu carácter de frente nacional. Por outro lado, a necessidade de prosseguir uma política de unidade nacional numa fase que é ainda de consolidação da independência encaminhada logicamente para a conclusão que, também mais

uma vez, só aparentemente é contraditória: um movimento de libertação no poder. Com grande realismo, esta definição parte do reconhecimento que a proclamação da independência e a tomada do poder não significam só por si a libertação completa e que novas tarefas libertadoras se continuam a impor, nomeadamente as da libertação económica. Estas novas tarefas exigem justamente um firme reforço ideológico e organizativo, conforme afirma Aristides Pereira:

> «A luta pela independência económica e social é mais complexa e difícil que a luta pela independência política, tanto pelas suas resistências externas que tem de enfrentar, como pelas contradições internas geradas pela mutação cada vez mais profunda no processo de desenvolvimento das forças produtivas e sociais, à medida que os objectivos programáticos foram sendo atingidos e a diferenciação das várias camadas sociais, com os seus interesses específicos, se for acentuado. Ela exige, por isso, uma vanguarda política ainda mais coesa do ponto de vista ideológico e bem estruturada do ponto de vista organizativo» (PAIGC — Relatório do C.S.L.).

A importância deste texto está em esclarecer o grande objectivo actual que é o da «independência económica e social», no prosseguimento da luta pela independência política, ao mesmo tempo que prevê para o futuro a agudização das tensões sociais, ou seja da luta de classes. Portanto, se o PAIGC «conserva as suas características do passado», prepara-se desde já para as novas batalhas da revolução.

Curiosamente, durante o período preparatório do I Congresso do MPLA chegou a admitir-se a hipótese de resolver a questão que agora nos ocupa, optando pela dualidade de organizações: manter o MPLA como amplo movimento de frente

nacional e criar paralelamente uma nova estrutura que seria o partido de vanguarda.

> «Era uma fórmula aliciante que aparentemente asseguraria a pureza ideológica do Partido e conservaria a força de atracção e de mobilização do MPLA, viveiro de quadros que engrossariam o Partido à medida que se temperassem na luta e ganhassem boa consciência militante.
>
> Tal fórmula apresentava uma série de inconvenientes sérios». (MPLA — Tese Preparatória).

O documento enuncia pormenorizadamente quais seriam esses inconvenientes, dando relevo às dificuldades em estruturar duas organizações distintas, com fronteiras de acção provavelmente mal delineadas. Sobretudo:

> «grande parte das massas trabalhadoras dificilmente compreenderia o alcance da existência de duas organizações, habituadas que estão a considerar o MPLA como Vanguarda Revolucionária, lutando já pela Democracia Popular e pelo Socialismo».

A partir desta análise, o Congresso optou por uma só organização, explicitando mesmo que não se tratava de criar um Partido, mas de o MPLA se **constituir** em Partido de Vanguarda, significando com isso que este acto constitutivo polonga simplesmente a dinâmica interna do MPLA desde a sua Fundação.

> «Dizer que o MPLA se constitui em Partido significa dizer que se teve em conta todo o processo de desenvolvimento do MPLA desde o aparecimento do seu Manifesto de cunho profundamente democrático, popular, anti-colonialista e anti-imperialista.

Nos planos da teoria e da prática, mesmo quando o processo revolucionário parecia recuar, o MPLA evoluiu sempre dando passos em frente. Da luta política passou à luta armada; da luta anti-colonialista passou à luta anti-imperialista; de uma ideologia simplesmente progressista evoluiu para a opção do socialismo científico».

Neste sentido, diria Agostinho Neto:

> «A definição da Democracia Popular e do Socialismo como objectivos a atingir implicam saltos qualitativos no âmbito político-ideológico e organizativo de forma a que a organização da vanguarda possa desempenhar plenamente o seu papel na direcção da sociedade.
>
> Efectivamente, o conteúdo de classe da Democracia Popular e do Socialismo e a consequente agudização da luta de classes no plano interno e internacional exigem que a classe operária como força dirigente possua o instrumento capaz de realizar esta tarefa.
>
> Esse instrumento, organizado e estruturado de acordo com os princípios marxistas-leninistas, que dirigirá as classes revolucionárias, será o Partido de Vanguarda da Classe Operária. (...)
>
> O MPLA será pois o Partido da classe operária que unirá numa sólida aliança os operários, os camponeses, os intelectuais revolucionários e outros trabalhadores dedicados à causa do proletariado». (MPLA — Relatório do C.C.).

Assim, em 10 de Dezembro de 1977, exactamente 21 anos depois da sua fundação, o MPLA constituiu-se em Partido e adoptou a designação de MPLA — Partido do Trabalho.

FRELIMO — Partido de Vanguarda da aliança operário-camponesa.

PAIGC — Movimento de Libertação no poder.

MPLA — Partido de Vanguarda da classe operária.

Três fórmulas políticas, três sensibilidades, três realidades sócio-económicas. Para além da identidade de objectivos, a especificidade dos caminhos. Nestes Congressos, as vanguardas revolucionárias dos povos de Moçambique, Guiné-Cabo Verde e Angola, deram passos fundamentais na clarificação da sua própria natureza.

Enquanto a Frelimo e o MPLA assumem explicitamente o carácter de Partidos marxistas-leninistas, portadores da ideologia do proletariado, o PAIGC, (que paradoxalmente era o único a designar-se como Partido desde a sua fundação), não alterou no Congresso as suas anteriores características. No entanto é curioso verificar que, para além destas diferenças quanto à definição política, todos eles adoptam fórmulas comuns no que diz respeito à sua estrutura organizativa e à forma de equacionar a sua ligação com as massas.

Os Estatutos aprovados nos três Congressos fazem ver que as organizações continuam a reger-se pelo princípio do centralismo democrático, explicando com rigor o conteúdo deste mesmo princípio: eleição democrática dos órgãos de direcção a todos os níveis, obrigação de os órgãos de direcção prestarem contas periodicamente à estrutura que os elegeu, obrigação de os órgãos inferiores acatarem as directivas dos órgãos superiores, as minorias devem subordinar-se às maiorias e defender como suas as decisões colectivas.

Um outro princípio comum adoptado nos congressos é o dos membros do Partido terem de viver do seu trabalho. Como dizia Aristides Pereira no Relatório do Conselho Superior da Luta, «no Partido que estamos a construir não há, pois, lugar lugar nem para os exploradores nem para os marginais». Semelhante regra não só irá determinar a composição social das orga-

nizações de vanguarda enquanto Partidos das classes trabalhadoras, como ainda exige o controlo dessas mesmas classes na admissão dos membros do Partido. É por isso mesmo que, a seguir aos respectivos Congressos, no período da reconversão dos Movimentos em Partidos, se verificou, primeiro em Moçambique e depois em Angola, o início de um interessante processo, segundo o qual as adesões à Frelimo e ao MPLA — Partido do Trabalho eram decididas em grandes assembleias de trabalhadores, de forma que as massas pudessem participar na escolha dos elementos de vanguarda que passariam a ser membros do Partido.

Não é esta, porém, a única forma de ligação com as massas. O Congresso da Frelimo exprimiu com desenvolvimento uma orientação política que é a mesma do PAIGC e do MPLA:

> «Sem um Partido de vanguarda que saiba conduzir as classes trabalhadoras através de todas as fases da luta de classes, não pode haver Revolução Socialista. Mas o Partido de vanguarda não vence sozinho.
>
> Quem faz a Revolução é o Povo organizado, são as largas massas trabalhadoras. A tarefa central do Partido consiste precisamente em unir, organizar, educar e dirigir as massas para que estas façam a Revolução. (...)
>
> O princípio fundamental da actuação do Partido é o seu constante contacto com o Povo. (...)
>
> Não basta poclamar o papel dirigente do Partido, é necessário conquistá-lo na prática» (FRELIMO — Relatório do C.C.).

De acordo com esta perspectiva, os três Congressos incluíram nos seus documentos diversas orientações políticas relativas às organizações democráticas de massas, ou seja, aquelas estruturas que, embora autónomas em relação aos Partidos, são por eles orientados em ordem a uma crescente participação popular. Desde o tempo da luta que se constituíram algumas dessas organizações, nomeadamente as que enquadravam a juventude e as

mulheres, mas actualmente o trabalho de massas alargou-se a outras formas, incluindo as associações sindicais e culturais, os órgãos de poder popular, etc. Sobre elas diz o Congresso do MPLA:

> «As organizações de massas são organismos unitários que, enquadrando e organizando as amplas massas populares, constituem o veículo principal de transmissão das orientações do Partido a todo o Povo e são a garantia da participação das massas populares no estudo, discussão e aplicação da política do Partido em todos os sectores da actividade do País. A tarefa das organizações de massas é a de assegurar a participação das massas na vida do Estado de forma organizada, orientar o seu trabalho, contribuindo para a formação de uma nova mentalidade que rompa definitivamente com as ideias da sociedade colonial e capitalista» (MPLA — Relatório do C.C.).

Por sua vez, os Estatutos do PAIGC aprovados no Congresso equacionam expressamente os critérios que devem presidir as relações entre o Partido e as organizações de massas:

> «Sendo o Partido a garantia última da defesa dos interesses das massas populares, as relações Partido/Organizações de massas processam-se na base do princípio da independência orgânica e autonomia dessas organizações e do princípio da direcção e controlo pelo Partido» (PAIGC — Estatutos).

A justa aplicação destes critérios estará pois no difícil equilíbrio entre a autonomia das organizações e o papel dirigente do Partido. Este, sem monopolizar toda a actividade política, deve dinamizar as lutas de massas nas diversas frentes e sectores, de modo a alargar sempre mais o campo da revolução.

VI

A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

Já por diversas vezes salientámos a importância que têm as questões económicas no âmbito da orientação política assumida pelos Congressos. Os temas da reconstrução nacional e da luta pela independência económica aparecem com frequência nos textos que já analisámos, além da verificação de que se trata de um período em que uma das principais tarefas é a edificação da base material para o Socialismo. Derrotado o colonialismo, impõe-se vencer o grande atraso das forças produtivas, bem como os mecanismos da dependência em relação ao exterior. Simultaneamente, em todos estes países recém-libertados se nota uma crescente intervenção do Estado na economia, criando-se progressivamente as condições para que a mesma economia corresponda cada vez mais às necessidades colectivas do povo.

Evidentemente, nenhum destes países em causa está desde já em condições para elaborar um verdadeiro plano, que corresponda em rigor à fase de uma economia planificada. A laboriosa montagem do sistema que torne possível o plano será necessariamente longa até porque, no estádio que agora se atravessa, muitos circuitos económicos estão ainda desagregados, como resultado do próprio desmantelamento do regime colonial, da fuga de técnicos, da sabotagem capitalista, para já não falar das guerras e das agressões imperialistas: baixaram os níveis de

produção, as redes de comercialização e de transporte estão afectadas, a correcção dos vícios estruturais de uma economia colonizada não se consegue de um momento para outro.

Todavia, quanto maiores são as dificuldades da fase actual, mais imperioso se torna definir as linhas mestras em política económica, pois cada um dos passos que for dado neste domínio pesará determinantemente no futuro. Estão-se a viver, justamente, momentos cruciais para a construção de sociedades novas. Conscientes desta realidade, os Congressos da FRELIMO, do PAIGC e do MPLA debateram e aprovaram importantes documentos programáticos em matéria de estratégia de desenvolvimento. Mais uma vez, a análise comparativa dessas três posições permitirá o aprofundamento de um problema cujo interesse ultrapassa de longe as fronteiras daqueles países africanos. Pode dizer-se que na aplicação prática destes princípios estará em jogo a própria Revolução.

Começando de novo pela FRELIMO, o seu Congresso adoptou um extenso documento intitulado «Directivas económicas e sociais», onde são expostas as linhas gerais de orientação:

> «É na fase da Democracia Popular que consolidaremos a independência política e também conquistaremos e consolidaremos a independência económica do nosso país. A construção da base material para a passagem ao socialismo é um processo longo e difícil que requer a planificação do desenvolvimento das forças produtivas, numa perspectiva popular. Com efeito, neste período deveremos:
>
> — Promover a socialização crescente da agricultura e lançar as bases para a sua industrialização;
>
> — Acelerar o processo de industrialização e promover a edificação da indústria pesada;

— Desenvolver e consolidar o papel dirigente do Estado na economia;

— Orientar o processo de desenvolvimento através da planificação económica global;

— Formar uma classe operária poderosa que, organizada e dirigida pelo seu Partido de vanguarda, assumirá a direcção da sociedade.» (FRELIMO — Directivas).

Vistos estes grandes objectivos que visam a construção da base material para a passagem ao socialismo durante a Revolução Democrática Popular, o Congresso enuncia a necessidade de o modo de produção socialista se tornar no modo de produção dominante na sociedade moçambicana:

> «A popriedade estatal e a propriedade cooperativa, estabelecendo novas relações de produção, constituirão a base económica do Poder Popular Democrático.
>
> O estabelecimento de uma economia independente liberta das relações de exploração impostas pelo sistema capitalista mundial, exige o rompimento da situação de dependência e de sujeição ao imperialismo.
>
> A concretização deste princípio exigirá o percurso dum longo caminho e materializar-se-á à medida que se fortaleça e desenvolva a base económica, estatal e cooperativa, que se imponham as relações de produção de tipo socialista na economia e se reforce o controlo do sector privado» (FRELIMO — Directivas).

As alterações a introduzir no sistema de propriedade e nas relações de produção estão pois intimamente ligadas ao «rompimento da situação de dependência», já que a meta do socialismo aparece não só como caminho de desenvolvimento, mas também como política económica a um tempo popular e independente.

Ao avançar na definição de uma estratégia de desenvolvimento, a FRELIMO equaciona com grande clareza as funções da agricultura e da indústria, bem como as suas respectivas articulações:

> «A estratégia global do nosso desenvolvimento económico e social, na etapa da Democracia Popular, é tomar a agricultura como base e a indústria como factor dinamizador e decisivo.
>
> É no campo onde se encontra a maioria do nosso Povo, onde se geram as nossas principais riquezas e se produzam os principais bens de exportação.
>
> Assim, numa primeira fase do nosso desenvolvimento, a agricultura, criando a maior parte do excedente, constitui a fonte principal de acumulação para o nosso desenvolvimento, assegurando a produção de matérias-primas para a indústria, garantindo o abastecimento em produtos alimentares e produzindo excedentes para a exportação.
>
> A indústria, transformando as matérias-primas do solo, do subsolo e do mar e fornecendo os meios de produção a diversos sectores, em especial à agricultura, elevará a capacidade de produção do conjunto da economia e, num processo dinâmico, impulsionará o desenvolvimento económico acelerado.
>
> Numa segunda fase, o processo de crescimento económico exigirá a criação e desenvolvimento da indústria pesada, factor decisivo do desenvolvimento.
>
> Com efeito, é a indústria pesada que permitirá a industrialização da agricultura, o desenvolvimento impetuoso das forças produtivas em todos os sectores e contribuirá decisivamente para nos libertar da situação de profunda dependência económica e tecnológica em que nos encontramos. A indústria pesada, pela sua grande dimensão e número de operários envolvidos em complexos

industriais integrados, criará as condições objectivas que permitem a elevação do nível de consciência de classe e reforçará o papel dirigente do operariado no desenvolvimento da sociedade» (FRELIMO — Directivas).

Por este texto, poderemos apercebermo-nos da estreita interdependência existente entre as opções políticas e as orientações económicas: a aliança operário-camponesa, a classe operária como classe dirigente, não são figuras de retórica, mas princípios materializados através de um estratégia concreta. Por outro lado, a rigorosa fundamentação do papel atribuído à agricultura, à indústria em geral e à indústria pesada em particular, distinguindo duas fases no processo de desenvolvimento demonstram com evidência qual o modelo de sociedade inerente ao projecto político da FRELIMO, uma sociedade que sendo essencialmente rural dá passos largos no sentido da industrialização acelerada.

O Congresso aponta ainda as tarefas imediatas exigidas por esta estratégia, dando relevo ao aumento contínuo da produção e da produtividade, através da mobilização política e da organização dos trabalhadores nas unidades de produção, da formação de quadros qualificados, do estabelecimento da emulação socialista e do aproveitamento racional dos recursos naturais e dos meios de produção; destaca igualmente a protecção e o desenvolvimento do sector económico estatal, e o aumento da influência do Estado na direcção, planificação e controlo da economia; finalmente, aborda um tema que, só por si, daria matéria para um estudo desenvolvido, impossível de tratar aqui:

> «Apoio, dinamização e desenvolvimento da produção colectiva sob a forma de **cooperativas**, tornando-as dominantes no campo.
>
> Apoio, dinamização e desenvolvimento das **Aldeias Comunais,** estratégia do nosso desenvolvimento no campo.» (FRELIMO — Directivas).

Após ter afirmado estas orientações fundamentais, o Congresso da FRELIMO apresenta demoradamente as directivas sectoriais, propondo metas específicas para cada sector da actividade económica, donde ressalta já a notável capacidade para inventariar as questões até ao pormenor, coordenando-as à escala nacional.

O mesmo se passa com os documentos produzidos pelo Congresso do PAIGC, com a particularidade de envolver dois Estados, o da Guiné-Bissau e o de Cabo Verde. Antes disso, porém, o Congresso analisou a repercussão na economia da herança colonial, pondo a claro todas as distorções existentes na estrutura produtiva e as dimensões da dependência a que aqueles povos foram submetidos. Mas temos de nos limitar a referir, mais uma vez, as linhas gerais de orientação, condensadas num interessante capítulo do Relatório do Conselho Superior da Luta sobre «O nosso conceito de desenvolvimento». Nesse capítulo, Aristides Pereira expõe com profundidade as próprias raízes políticas da estratégia de desenvolvimento:

> «Só tomando medidas concretas que conduzam à liquidação da exploração do homem pelo homem na nossa terra podemos criar as condições para que seja real o progresso contínuo do nosso povo. Isto significa que o desenvolvimento na nossa terra tem de processar-se na base da mobilização das camadas mais desfavorecidas da população, sobretudo dos trabalhadores do campo. (...).
>
> Não há desenvolvimento sem vontade política e firme determinação de transformar as nossas realidades. Por isso a pedra angular da nossa estratégia de desenvolvimento consiste na acção política do Partido que permita mobilizar todas as camadas sociais, ocupar cada metro de terreno cultivável, exigir o máximo de cada quadro, integrar todo o país num vasto esforço de reconstrução nacional, para produzir mais e melhor. (...).

Se o progresso se fizer só em proveito de alguns, pode haver modernização do país, pode haver crescimento económico, mas não há desenvolvimento» (PAIGC — Relatório do CSL).

Temos assim bem explícito o fio condutor da política económica: prioridade à mobilização das massas, sobretudo dos trabalhadores do campo, aplicação de uma política duplamente popular na participação colectiva e popular quanto aos beneficiários do progresso.

O Relatório expõe em seguida diversas orientações relativas à indispensável coordenação e planificação dos projectos de desenvolvimento económico e ao modo de encarar o necessário auxílio externo, recordando o princípio de contar com as próprias forças, bem como o objectivo central de alcançar uma economia nacional independente. E acrescenta:

> «A experiência mostrou-nos serem justas as medidas da política económica que preconizámos tanto para a Guiné como para Cabo Verde: aumentar a produção, racionalizar gradualmente o trabalho de modo a aumentarmos a produtividade, diversificar as culturas, promover a iniciativa criadora das massas. Mas temos de estar vigilantes de modo a não cairmos no círculo vicioso a que conduz a orientação da produção para o mercado externo a um ritmo superior ao da dinamização do mercado interno» (PAIGC — Relatório do CSL).

Esta advertência é particularmente pertinente numa situação em que, dado o desequilíbrio da balança de pagamentos, existe a tentação de polarizar o desenvolvimento na exportação, o que é uma forma de «descentrar» a economia mantendo-a dependente. Sobre isto, aliás, o Congresso do PAIGC esclarece lucidamente:

«No que respeita ao problema do desenvolvimento, para nós há apenas dois modelos: o que reproduz o subdesenvolvimento e o que rompe com as estruturas básicas do subdesenvolvimento e permite a criação de uma economia nacional independente» (PAIGC — Relatório do CSL).

Mais uma vez aqui fica sublinhado que o subdesenvolvimento e a dependência são duas faces de um mesmo fenómeno e é com esse fenómeno que importa romper. Sem uma estratégia de ruptura não se supera nem o subdesenvolvimento nem a dependência.

Dentro destes princípios e exemplificando com o caso da Guiné, o relatório prossegue:

«Na Guiné, no momento presente, há duas questões fundamentais que estamos a resolver: uma é a criação de condições que conduzam ao estabelecimento do equilíbrio da nossa balança de pagamentos e a outra é a necessidade de reforçar e alargar as medidas tendentes a quebrar o círculo fechado da autosubsistência, em que se encontra 80% da nossa população.

Quanto à primeira questão, devemos dar prioridade às indústrias essencialmente voltadas para o mercado exterior ou susceptíveis de, rapidamente, gerar um excedente exportável. Assim, criámos empresas no domínio das pescas e da transformação da madeira e temos em curso a instalação de um complexo agro-industrial em Cumerá, cujos produtos se destinam essencialmente à exportação.

Quanto à segunda questão, a indústria e os serviços terão papéis importantes a desempenhar. A indústria terá de ir ao encontro das necessidades vitais da população rural de forma a produzir e colocar no mercado artigos utilitários que, provocando no camponês a necessidade da sua aquisição, irão estimulá-lo a produzir mais

e melhor com o fim de vender o excedente e aplicar o produto dessa venda na compra dos referidos artigos. Para a dinamização e aumento da produtividade na agricultura, a indústria deverá dedicar-se ao incremento das técnicas culturais agrícolas, nomeadamente no que respeita ao fabrico de alfaias agrícolas e de fertilizantes (...).

Deste modo, a agricultura e a indústria articulam-se num desenvolvimento equilibrado — a agricultura como base e a indústria como dinamizadora do seu desenvolvimento» (PAIGC — Relatório do CSL).

Para além da formulação deste último princípio, que já tínhamos encontrado no congresso da FRELIMO e que iremos ver igualmente no do MPLA, o valor deste texto está no realismo com que equaciona as questões e na viabilidade das saídas que aponta. Perante uma sociedade eminentemente camponesa, fechada no circuito da autosubsistência, o papel da indústria não será apenas o de produzir bens para a exportação nem para o consumo das pequenas minorias urbanas, mas para o consumo da população do campo, colocando ao seu alcance artigos utilitários e meios de produção agrícola, os quais deverão contribuir para o bem-estar do povo, ao mesmo tempo que o desejo de adquiri-los estimula a produção e a criação de excedentes. A mobilização popular para as tarefas do desenvolvimento não é assim um mero voluntarismo, mas radica-se nos próprios mecanismos e nas condições de uma sociedade marcada por um pronunciado atraso das forças produtivas.

Obviamente, muitos outros aspectos da estratégia de desenvolvimento defendida pelo PAIGC se poderiam referir, mas limitamo-nos a destacar os que nos pareceram mais interessantes, a fim de abordarmos agora as perspectivas elaboradas pelo congresso do MPLA.

Aí foi aprovado um documento intitulado «Linhas mestras do desenvolvimento económico e social até 1980» onde também se condensam as principais opções em política económica, par-

tindo de um balanço histórico da colonização e dos grandes avanços já concretizados após a independência.

Estabelecendo novamente a ligação com os pressupostos políticos já referidos, o congresso recorda:

> «O objectivo estratégico consiste em edificar um Estado de Democracia Popular e construir as bases materiais e técnicas do socialismo (...), porquanto a via socialista é a única via capaz de subtrair Angola da órbita do imperialismo e consequentemente permitir o pleno desenvolvimento duma economia independente e planificada» (MPLA — Linhas mestras).

Concretizando este objectivo genérico, Agostinho Neto diria:

> «Reforçar a direcção centralizada e planificada do desenvolvimento económico e social através da criação e dinamização de estruturas e mecanismos de direcção, gestão e controlo que permitam o alargamento das relações de produção socialistas.
>
> Daí a necessidade de alargar e fortalecer o sector estatal, sendo este o elo decisivo da economia nacional e a base material da realização das transformações revolucionárias políticas e económicas.
>
> Assim, a política de nacionalizações e confiscos e de criação de empresas estatais e cooperativas, deverá prosseguir (MPLA — Relatório CC).

À semelhança da FRELIMO e do PAIGC, também o MPLA considera que a agricultura é a base e a indústria o factor decisivo do desenvolvimento. Mas vale a pena transcrever a fundamentação destes princípios:

> «A agricultura é a base por várias razões: porque é preciso fazer progredir 85% da nossa população, os

camponeses que sempre foram hostilizados pela potência colonial; porque os camponeses são a força principal da Revolução; porque nenhum País se pode desenvolver com uma agricultura retardatária; porque a agricultura fornece os bens mais essenciais à subsistência humana.

A indústria pelos seus mais elevados ritmos de crescimento, torna-se o factor decisivo do desenvolvimento, arrastando consigo os outros sectores. A indústria serve a agricultura a jusante valorizando os seus produtos; serve-a a montante, fornecendo-lhe os instrumentos de trabalho, os adubos e os sistemas de irrigação» (MPLA — Linhas mestras).

Já atrás aludimos ao facto de o MPLA propor como objectivo imediato atingir os níveis de produção de 1973, mas sobre isto o Congresso acrescenta uma importante precisão:

> «É evidente que «atingir os níveis de 1973» não significa reproduzir as relações de produção da era colonial, mas muito simplesmente utilizar mais ou menos plenamente as capacidades produtivas instaladas no País. Também não significa que, uma vez atingidas aquelas metas, Angola já se possa considerar um país desenvolvido. No entanto, uma vez atingidos os níveis de 1973, e tendo em conta a transformação revolucionária das relações de produção que se vem operando, é possível, a partir daí, imprimir um desenvolvimento de novo tipo ao nosso País» (MPLA — Linhas mestras).

Finalmente, este mesmo documento programático, tal como o Relatório do Comité Central, apresentam em pormenor as políticas sectoriais, mas antes disso tocam dois aspectos que convém transcrever, um com a definição dos sectores de arranque para a economia, outro sobre o alargamento do sector socialista:

«Fixado em termos gerais o objectivo — atingir os níveis de 1973 — há que definir os sectores de arranque.

Assim, é de considerar o petróleo, as pescas, a construção civil e indústrias conexas, como sectores de arranque da economia nacional a curto prazo, e a indústria mineira como sector de arranque a médio prazo. (...).

Há que alargar continuamente o sector social (estatal e cooperativo) da economia, aplicar às empresas estatais as novas formas de gestão e de cálculo económico (...) a criar novas cooperativas de produção e de consumo, dando prioridade às cooperativas de produção no campo» (MPLA — Linhas mestras).

Esta última referência à prioridade atribuída às cooperativas de produção agrícola, não só tem a ver com o princípio de tomar a agricultura como base do desenvolvimento e com a transformação das relações de produção no campo, como ainda nos faz lembrar que o MPLA, logo a seguir ao congresso, definiu o ano de 1978 como «Ano da Agricultura», pondo assim em prática as orientações políticas e lançando por todo o país um grande processo de desenvolvimento agrícola.

CONCLUSÃO

Ao concluirmos este breve estudo comparativo dos congressos da FRELIMO, do PAIGC e do MPLA, ressalta de imediato uma forte limitação quanto à latitude dos temas abordados. Logo de início duas alternativas se punham: ou fazer uma apresentação exaustiva dos conteúdos dos congressos, ou centrar a análise nos três ou quatro principais eixos da orientação política neles aprovada. Escolhemos decididamente esta segunda hipótese tentando assim pôr a claro as opções fundamentais dos três Partidos, confrontando-as entre si e com as realidades em que se inserem. A grande vantagem está em sublinhar, deste modo, as linhas gerais das respectivas definições políticas, para além dos aspectos conjunturais e sectoriais. Em contrapartida, tivemos de renunciar a uma exposição mais completa dos documentos emanados dos Congressos, deixando em aberto o tratamento de uma grande parte da riqueza neles contida. O carácter global desses mesmos documentos implica não só a existência de análises e de posições também globais, como ainda a aprovação de diversas directrizes políticas para os diferentes sectores de actividade, desde a educação até ao aparelho de estado, desde a defesa e segurança até à política externa. Omitindo aqui a apresentação dessas directrizes sectoriais, estamos conscientes do limite que daí decorre para este trabalho, o que mais nos convence de que ele não tem outra ambição que não seja a de servir como introdução à leitura e ao estudo dos próprios documentos dos congressos.

Um segundo limite, porventura ainda mais evidente, está em que não se tratou de uma análise das sociedades moçambicana, guineense-caboverdiana e angolana, nem sequer das organizações de vanguarda dos seus povos, já que nos circunscrevemos a transcrever e comentar algumas posições de princípio, aliás fundamentais. Por outras palavras, não se tratou de um estudo sobre a FRELIMO, o PAIGC e o MPLA, mas de um estudo sobre o que a FRELIMO, o PAIGC e o MPLA dizem de si mesmos.

Isto significa que o objecto da nossa análise comparativa foi um «discurso» político-ideológico o qual, embora exprimindo a realidade e projectando-se nela, nunca o faz a cem por cento. Mais ainda, são inevitáveis os desajustamentos entre as grandes definições políticas e a prática concreta onde elas se materializam.

Simplesmente está longe de ser inútil aprofundar essas mesmas definições políticas assumidas pelos congressos, na medida em que eles resultam de um amadurecimento colectivo e, sobretudo, se destinam a perspectivar uma prática também colectiva. Estudar as posições de princípio não é tudo, mas é indispensável. Conhecer os documentos dos Congressos é assim a melhor forma de detectar as orientações da FRELIMO, do PAIGC e do MPLA, Partidos dirigentes de quatro estados Africanos.

Ninguém ignora que a aplicação das respectivas linhas políticas se realiza ao longo de um processo carregado de variadas contradições e condicionado por pesados factores internos e externos. Basta lembrar os casos de Angola e Moçambique, cuja evolução política se correlaciona de perto com a evolução da África Austral no seu conjunto, ou os casos da Guiné-Bissau e Cabo Verde, países marcados por profundas carências e ainda portadores de profundas dependências económicas.

Mas o importante é que, para além dos condicionamentos existentes à partida e das contradições inerentes aos processos, estes Partidos no poder se propõem levar por diante uma estratégia de ruptura, implantando nas suas terras um novo tipo de sociedade. Daí que o estudo dos Congressos nos obriga a pensar em todo o problema da construção do socialismo e, mais parti-

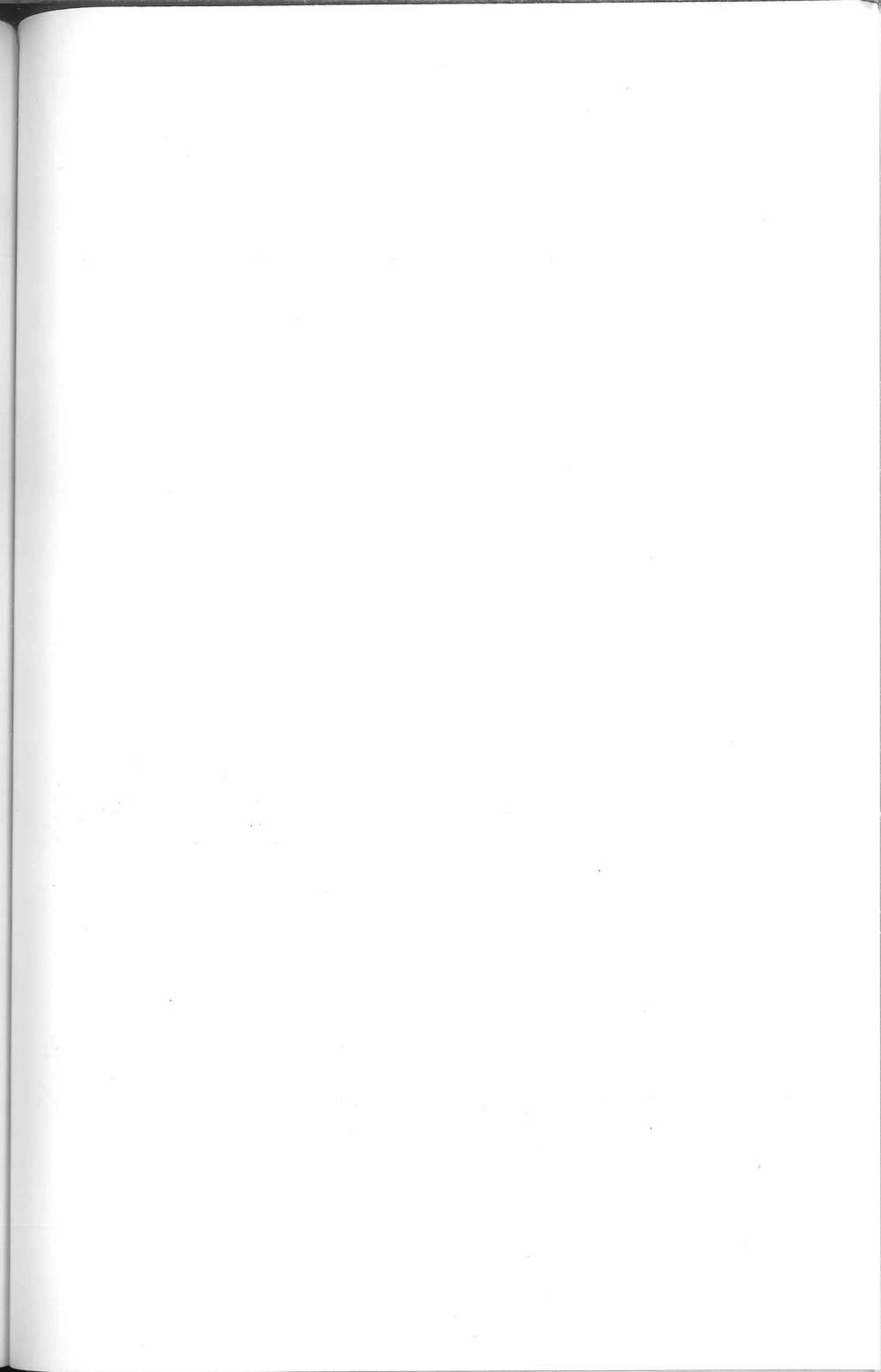
cularmente em todas as questões de transição para o socialismo em sociedades africanas.

A este respeito muitas perguntas se podem formular, à maneira de outros tantos desafios que só a prática irá comprovando. Por exemplo: Qual vai ser exactamente o papel do proletariado industrial, enquanto classe dirigente das transformações revolucionárias, em sociedades predominantemente rurais? De que modo se irá resolvendo a contradição cidade-campo, em países onde a atracção urbana continua a pesar tão fortemente? Qual o futuro das pequenas burguesias, de onde são oriundos muitos dos quadros políticos e cujos sectores revolucionários têm hoje um papel determinante? Qual o impacto das transformações actualmente em curso nas sociedades tradicionais africanas e nos seus modos de produção pré-capitalistas? Em tudo isto, como se irá articulando a firmeza da direcção política e a amplitude da participação popular? E quais os caminhos desse longo percurso que vai da independência política à independência económica?

É o facto de se poderem fazer estas e muitas outras perguntas que torna apaixonante acompanhar de perto o que se passa em Moçambique, Guiné-Cabo Verde e Angola. E o importante é que o rumo está definido. Nunca é demais salientar o valor que tem hoje em África a afirmação, implícita ou explicitamente feita pelos congressos, de que não há meio termo entre capitalismo e socialismo. Num continente muitas vezes iludido pelo mito do «socialismo africano», fórmula equívoca que pretende disfarçar a alienação neocolonial a coberto de uma via pretensamente moderada, é fundamental ouvir-se proclamar um projecto socialista sem ambiguidade. É por isso que as revoluções em curso nos países que foram colónias portuguesas constituem uma enorme esperança para a África.

No itinerário dessa esperança, os congressos da FRELIMO, do PAIGC e do MPLA, que por coincidência se reuniram no decorrer do ano de 1977, ficam a assinalar marcos importantes, ao redefinirem a linha política desses três Partidos e ao dotarem

os respectivos Estados com as directrizes apropriadas à fase de reconstrução nacional.

Através delas ficamos com a certeza de que os povos de Moçambique, Guiné-Cabo Verde e Angola estão ainda em luta acesa, uma luta que não acabou com a independência, mas que continua sob novas formas contra o capitalismo, o neo-colonialismo e o imperialismo. E esse combate diz respeito a todos aqueles para quem a construção da sociedade nova é o projecto que atravessa a Humanidade.

ANEXOS

A. DIRECÇÃO DA FRELIMO ELEITA NO III CONGRESSO

Secretariado do Comité Central

Presidente: SAMORA MOISÉS MACHEL

Secretários do Comité Central:

— Secretário de Organização do Partido:
José Óscar Monteiro

— Secretário do Trabalho Ideológico do Partido:
Jorge Rebelo

— Secretário de Política Económica do Partido:
Marcelino dos Santos

— Secretário de Relações Exteriores do Partido:
Joaquim Alberto Chissano

Comité Político Permanente

1. Samora Moisés Machel
2. Marcelino dos Santos
3. Joaquim Alberto Chissano
4. Alberto Joaquim Chipande
5. Armando Emílio Guebuza
6. Jorge Rebelo
7. Mariano Matsinhe
8. Sebastião João Marcos Mabote
9. Jacinto Soares Veloso
10. Mário da Graça Machungo

Comité Central

. Alberto Cassimo
. Alberto Joaquim Chipande
. Aly Bonomar Canhenda
. António Hama Thai
. António Sacoro
. André Fernandes Augusto Sumana
. Armando Emílio Guebuza
. Armando Estêvão Faquira
. Armando Panguene
. Artur Thaimo
. Assane Nacir
. Augusto Macamo
. Aurélio Benete Manave
. Bernardo Avelino Magalhães
. Bonifácio Gruveta Massamba
. Caetano de Oliveira Massaka
. César Zongane Novela
. Daniel Saul Mbanze
. Eduardo Abacar

. Eduardo da Silva Nihia
. Ernesto João Corda
. Ernesto Trindade White
. Estêvão Jacob Chilavi
. Fernandes Baptista
. Fernando Matavele
. Francisco Langa
. Graça Simbine
. Isabel Manuel Nkavadeka
. Jacinto Soares Veloso
. Jaime Alface
. Jeremias Cardo Naneco
. João Aleixo Maluanga
. João Américo Mfumo
. João Facitela Pmelembe
. João Mafessane Simango
. Joaquim Alberto Chissano
. Joaquim João Munhepe
. Joaquim Ribeiro de Carvalho
. Jorge Rebelo
. José Correia Ganâncio
. José Luís Cabaço
. José Moiane
. José Óscar Monteiro
. José Pascoal Zandamela
. José Pontes Torcida
. Júlio Zamith Carrilho
. Luciano Nguirazi
. Manuel dos Santos
. Manuel José António
. Manuel Manjiche
. Marcelino dos Santos
. Maria Lisa Rafael
. Mariano de Araújo Matsinhe
. Mário da Graça Machungo

- Matias Juma
- Osualdo Assahel Tazama
- Pedro Gaivão Odallah
- Raimundo Domingos Pachinuapa
- Raimundo Guela Valoi
- Salésio Teodoro Nalyambipano
- Samora Moisés Machel
- Sebastião João Marcos Mabote
- Sérgio Vieira
- Teresa Amuli Nhalingue
- Teresa Romão
- Tobias Dai
- Tomé Eduardo

B. DIRECÇÃO DO PAIGC ELEITA NO III CONGRESSO

Comissão Permanente:

Aristides Pereira **(Secretário-Geral)**, Luiz Cabral **(Secretário-Geral Adjunto)**, Francisco Mendes, João Bernardo Vieira, Pedro Pires, Umarú Djaló, Constantino Teixeira e Abílio Duarte.

Comité Executivo da Luta:

Os membros da Comissão Permanente do CEL, mais os camaradas (por ordem alfabética): Abdulai Bari, André Gomes, Carlos Correia, Carmen Pereira, Chico Bá, Honório Chantre, José Araújo, Lourenço Gomes, Lúcio Soares, Luís Correia, Olívio Pires, Osvaldo Lopes da Silva, Otto Schacht, Paulo Correia, Silvino da Luz, Tiago Aleluia Lopes, Vasco Cabral e Victor Saúde Maria.

Conselho Superior da Luta:

Os membros da Comissão Permanente do CEL, mais os camaradas (por ordem alfabética): Abdulai Bari, Abdulai Seck, Afonso Gomes, Agnelo Dantas, Agostinho Cabral de Almada (Gazela), Alfredo Sambú, Álvaro Tavares, André Gomes, André

Corsino Tolentino, Ansumane Sambu (Cau), Antero Alfama, António Borges, António Buscardini, Arafam Mané, Armando Ramos, Bacar Cassamá, Bobo Queita, Braima Bangurá, Braima Camará, Buota N'Batcha, Carlos Correia, Carlos Reis, Carmen Pereira, Francisco da Silva (Chico Bá), Domingos Brito, Eduardo Alhinho, Eduardo dos Santos, Fernando Fortes, Fidélis Cabral de Almada, Fore N'Bitna, Francisca Pereira, Gil Fernandes, Herculano Vieira, Honório Chantre, Honório da Fonseca, Iafai Camará, Irénio Lopes do Nascimento, João da Costa, João José Lopes da Silva, João da Silva, João Pereira, Joaquim Furtado, Joaquim Pedro da Silva (Baró), José Araújo, José Correia Landim, José Marques Vieira, José Nancassa, José Neto, José Pereira, Joseph Turpin, Julião Lopes, Júlio César de Carvalho, Justado Vieira, Juvêncio Gomes, Lamine Cissé, Lourenço Gomes, Luís Fonseca, Lúcio Soares, Luís Correia, Malam Gino Mané, Mamadú Alfa Djaló, Manuel Na N'Digna, Manuel Santos, Manuel Saturnino, Marcelino Mendes Moreira, Mário Mendes, Mussá Fati, Nhare Ialá Nhante, Olívio Pires, Orlando Nhaga, Osvaldo Lopes da Silva, Otto Schacht, Paulo Correia, Pedro Ramos, Quecuta Mané, Quemo Mané, Quintino Vieira, Quinto Cabi Na Iana, Silvino da Luz, Tiago Aleluia Lopes, Vasco Cabral e Victor Saúde Maria.

C. DIRECÇÃO DO MPLA — PARTIDO DO TRABALHO ELEITA NO I CONGRESSO

Efectivos

António Agostinho Neto — **Presidente**
João Luís Neto (Xietu)
José Eduardo dos Santos
Pedro Maria Tonha (Pedalé)
Ambrósio Lukoki
António dos Santos França (N'Dalu)
Rodrigues João Lopes (Ludi)
Lúcio Lara (Tchiweka)
Henrique Teles Carreira (Iko)
Francisco Magalhães Paiva (Nvunda)
Pascoal Luvualu
Evaristo Domingos (Kimba)
Henrique Carvalho Santos (Onambwe)
Manuel Lopes Maria (Ximuto)
Manuel Francisco Tuta (Batalha de Angola)
Lopo Ferreira do Nascimento
David Moisés (Ndozi)
Carlos Rocha (Dilolwa)
João Baptista (Jamba Ya Mina)
José César Augusto (Kiluanje)
Jorge Kimpuati
Manuel Alexandre Rodrigues (Kito)
Armando Dembo
Bolingó

Julião Mateus Paulo (Dino Matross)
Celestino Bernardo Tchizainga
Liberdade
Manuel Kuata (Npunza)
António Bernardo (Mainga)
Afonso Van-Dúnen (Mbinda)
Paiva Domingos da Silva
Rodeth Gil
Rogério Chikuekue (Sapilinha)
Elídio Tomé Machado
António Jacinto
Maria Mambo Café
Delfim de Castro
Manuel Augusto Alfredo (Orlog)
Lourenço Ferreira (Diandengue)
Miguel João Luís (Evadí)
Mariano Puko
Manuel Pedro Pacavira
Bernardo de Sousa
Ruth Neto
Marques Mono Kakui (Basovava)

Membros Suplentes

Sapilinha Sambalanga
Roberto de Almeida
Kundi Paiama
Santana André Pitra (Petroff)
Paulo Teixeira Jorge
Agostinho Mendes de Carvalho
Domingos Afonso Neto
Jerónimo Sinedine
Celestino Xinhame (Faísca)
Hermínio Joaquim Escórcio

ÍNDICE

— Se pensarmos no alcance que teve a derrocada do colonialismo Português, no significado das novas independências e da sua repercussão à escala do Continente Africano, se pensarmos nas profundas alterações em curso na Geografia Política sobretudo na ÁFRICA AUSTRAL e se tivermos em conta o jogo das forças mundiais que hoje se chocam naquele continente, melhor compreenderemos a importância dos congressos da FRELIMO, do PAIGC e do MPLA. Eles valem como expressão de uma prática política e como relançamento de um projecto colectivo cujas repercussões se estendem para além das suas fronteiras.